

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Evandro Marcelo Alves Fernandes

**PROTESTANTES E POLÍTICA NO BRASIL: o perfil da atuação protestante
na Câmara dos Deputados na década de 90.**

Belo Horizonte
2004

Evandro Marcelo Alves Fernandes

**PROTESTANTES E POLÍTICA NO BRASIL: o perfil da atuação protestante
na Câmara dos Deputados na década de 90.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Professor Dr. Carlos Ranulfo de Melo.

Belo Horizonte

2004

320 Fernandes, Evandro Marcelo Alves
F363p Protestantes e política no Brasil [manuscrito] : o perfil da
2004 atuação protestante na Câmara dos Deputados na década de 90 /
Evandro Marcelo Alves Fernandes. - 2004.
92 f. : il.
Orientador: Carlos Ranulfo Félix de Melo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1.Ciência política – Teses. 2.Religião e política - Teses
3.Protestantes – Teses. 4. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos
Deputados. I. Melo, Carlos Ranulfo Félix de. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.



Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: mestdcp@fafich.ufmg.br
FONE: (31) 3499-5030 – FAX: 3499.5191

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO CURSO DE
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA, REALIZADA
NO DIA 29/09/2004.**

Aos (vinte e nove) dias do mês de setembro de 2004 (dois mil e quatro), às 14:00 horas na Sala 2094 da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, reuniu-se a banca examinadora da dissertação intitulada **“PROTESTANTES E POLÍTICA NO BRASIL: o perfil da atuação protestante na Câmara dos Deputados na década de 90”**, elaborada pelo aluno **Evandro Marcelo Alves Fernandes**. Compuseram a banca examinadora os professores: Carlos Ranulfo Félix de Melo (Orientador), Marta Maria Assumpção Rodrigues do DCP/UFMG e Maria Elizabeth Marques, da PUC/MG. Após argüição oral do aluno, os membros da banca examinadora deliberaram pela aprovação da referida dissertação, obtendo assim o aluno o título de Mestre em Ciência Política. Para constar foi lavrada a presente ata, que será assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 29 de Setembro de 2004

Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo
(Orientador -DCP-UFMG)

Profa. Marta Maria Assumpção Rodrigues
(DCP-UFMG)

Profa. Maria Elizabeth Marques
(PUC-MG)

“Para o Senhor nosso Deus. O único que é digno de receber toda honra e toda glória; a quem sou eternamente grato por ter me abençoado com os pais mais maravilhosos do mundo: Edson Rodrigues Fernandes (*in memoriam*) e Anália Alves (Naná)”.

AGRADECIMENTOS

À Deus.

À minha querida mãezinha Anália (Naná) e ao meu pai Edson (in memoriam), pela alegria, amor e dedicação eternos. A Geovana Gonçalves, minha namorada, pela ajuda com os dados e o empréstimo do computador.

Ao professor Carlos Ranulfo de Melo pela orientação do trabalho, bem como pelas discussões sempre esclarecedoras, pelo compartilhamento do seu banco de dados, e principalmente pelo respeito (inclusive aos meus equívocos e limitações), amizade e paciência. Ao professor Marco Cepik pelo carinho, amizade e confiança desde os tempos da graduação. Ao professor Otávio Augusto Cintra, a Maria Aparecida Lima e ao Casimiro Neto, pela atenção concretizada no envio das súmulas dos discursos dos deputados na Câmara dos Deputados. Aos professores Fátima Anastasia, Fernando Mitre, Bruno Reis e Eduardo Zauli, pelas considerações iniciais ao meu projeto, bem como a todos os professores do DCP/UFMG.

A Adilza e Marlene pela amizade, carinho, dedicação e os momentos de descontração. Ao amigo Alessandro Magno da Silva pela disponibilidade constante, os “galhos” quebrados e sobretudo, pelo respeito, dedicação e bons serviços prestados aos alunos. Ao pastor Sidney e a Regina, bem como todos os professores, funcionários, alunos, amigos e irmãos da FATE-BH (Faculdade de Teologia de Belo Horizonte), pela compreensão e apoio nos momentos difíceis. A Elaine Cristiane pela amizade e orações fortalecedoras, prova incontestável do cuidado de Deus.

A Kênia Osório pelo incentivo e amizade. Ao amigo Fábio, pela instalação dos programas e manutenção do computador novo. Ufa...já era tempo!

A UFMG/FAFICH, instituição que aprendi a amar, respeitar e me orgulhar. A CAPES pelos dois anos de bolsa de pesquisa, sem a qual não teria sido possível sequer iniciar a pós- graduação. A FUMP pelos quase 09 anos de apoio constante, seja com consultas, remédios, isenções de taxas, desconto na compra de livros, oportunidade de estágio, etc. Aos amigos da Fundação João Pinheiro pelos anos de convívio feliz.

A todos vocês e a tantos outros amigos, cujos nomes não estão listados (pois certamente se tornaria uma lista gigantesca), mas que sabem ter contribuído com o meu crescimento pessoal, profissional e espiritual ao longo de toda vida; meu sincero “muito obrigado”.

“Aprendi a respeitar as idéias alheias, a deter-me diante do segredo de cada consciência, a compreender antes de discutir, a discutir antes de condenar. E já que estou em veia de confidências, faço uma ainda, talvez supérflua: detesto os fanáticos com toda a alma.”

Norberto Bobbio (18/10/1909 – 09/01/2004) – Filósofo Político, um dos maiores intelectuais italianos do século XX.

RESUMO

O trabalho tem por objeto a atuação política dos deputados protestantes na Câmara dos Deputados em três legislaturas (49^a, 50^a e 51^a) que ocorreram durante a década de 1990. Para tanto, além do estudo da atuação propriamente dita como deputados (votações e comissões), também foi considerada a conexão eleitoral (as bases), bem como as relações históricas do segmento protestante com outros segmentos religiosos, como os Católicos, e com o poder político.

O objetivo principal da pesquisa consiste em dizer se existe ou não a chamada bancada evangélica, tão propalada na mídia, mas também em esclarecer como se dá a atuação política deste segmento representado no parlamento.

O trabalho parte da compreensão da relação histórica entre o Catolicismo e o poder político, prefigurado no Estado, sobretudo durante o regime militar, bem como por períodos anteriores a este. Da mesma forma, foi feito em relação aos protestantes na sua relação com o Estado, com os Católicos e com outras denominações cristãs (pentecostais). Em seguida, o estudo traz algumas das principais teorias sobre o funcionamento congressual, sobretudo em relação ao Congresso mais estudado do mundo que é o norte-americano, mas também sobre o brasileiro. Por fim, o estudo avança sobre a identificação dos políticos protestantes nas legislaturas sob exame e suas atuações em votações chaves, bem como o trabalho em comissões, entre outros aspectos que ajudam a traçar o perfil destes políticos à época.

O trabalho permitiu inferir algumas coisas. Existe uma clivagem religiosa representada e se expressando no Congresso, porém os deputados protestantes não podem ser considerados um grupo de legisladores diferenciados do conjunto, dos seus pares. O Congresso brasileiro é dominado pelos partidos, que atuam com base na distribuição desigual do poder estabelecido pelo Regimento Interno. Para se relacionar e melhor atuar em consonância com sua conexão eleitoral, os deputados protestantes têm três opções: formar um partido, capturar um partido ou articular-se como um grupo de interesse (uma bancada). A terceira opção é a mais plausível, porém não foi possível confirmar neste estudo, certo é que os deputados protestantes brasileiros à época, atuavam como uma frente parlamentar. Porém, nada os impede de “lançar mão” de alguma das duas primeiras opções no futuro.

Palavras-chave: religião e política; protestantes; câmara dos deputados; bancada evangélica.

ABSTRACT

The objective of the work is the political activity of Protestant deputies in the Chamber of Deputies in three legislatures (49th, 50th and 51st) that took place during the 1990s. To this end, in addition to studying their performance as deputies (votes and committees), the electoral connection (the bases) was also considered, as well as the historical relations of the Protestant segment with other religious segments, such as Catholics, and with political power.

The main objective of the research is to say whether or not the so-called evangelical caucus, so much publicized in the media, exists, but also to clarify how the political activity of this segment represented in parliament takes place.

The work starts from understanding the historical relationship between Catholicism and political power, prefigured in the State, especially during the military regime, as well as in periods prior to this. In the same way, it was done in relation to Protestants in their relationship with the State, with Catholics and with other Christian denominations (Pentecostals). Next, the study presents some of the main theories about congressional functioning, especially in relation to the most studied Congress in the world, which is the North American one, but also about the Brazilian one. Finally, the study advances the identification of Protestant politicians in the legislatures under examination and their performance in key votes, as well as their work in committees, among other aspects that help to outline the profile of these politicians at the time.

The work allowed us to infer some things. There is a religious cleavage represented and expressed in Congress, but Protestant deputies cannot be considered a group of legislators differentiated from the group, from their peers. The Brazilian Congress is dominated by parties, which act based on the unequal distribution of power established by the Internal Regulations. To relate and better act in line with their electoral connection, Protestant deputies have three options: form a party, capture a party or organize themselves as an interest group (a bench). The third option is the most plausible, but it was not possible to confirm in this study, what is certain is that Brazilian Protestant deputies at the time acted as a parliamentary front. However, there is nothing stopping them from “using” one of the first two options in the future.

Keywords: religion and politics; Protestants; Chamber of Deputies; evangelical bench.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL.....	13
2.1 Catolicismo e política no Brasil.....	16
2.2 Pentecostalismo e política no Brasil.....	19
2.3 Os protestantes na Assembleia Constituinte de 1986.....	24
2.4 Um relativo consenso sobre os protestantes de 1986.....	34
3 A LÓGICA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL.....	37
3.1 Os teoremas da instabilidade.....	37
3.2 Os modelos da estabilidade.....	38
3.3 A teoria distributiva.....	38
3.4 A teoria distributiva no Brasil.....	41
3.5 A teoria partidária.....	46
3.6 A teoria partidária no Brasil.....	47
3.7 Aparando as arestas.....	50
3.8 A formação dos grupos de interesse no Brasil: possibilidade ou realidade?.....	56
4 OS PROTESTANTES NO PARLAMENTO BRASILEIRO.....	61
4.1 A experiência política protestante no período.....	61
4.2 Os deputados protestantes e seus partidos.....	66
4.3 Os deputados protestantes e as comissões permanentes.....	74
4.4 Os protestantes na 51ª legislatura.....	78
5 CONCLUSÕES.....	84
REFERÊNCIAS.....	87
ANEXO.....	91

1 INTRODUÇÃO

À volta do país ao regime democrático após 20 anos de ditadura militar, trouxe novos atores à arena política. Muitos segmentos sociais aproveitaram-se do momento constituinte para desembarcar no Congresso Nacional. Um destes segmentos chamou a atenção geral; seja da mídia, dos demais segmentos ali representados, de alguns acadêmicos, dos seus “concorrentes” católicos e de outros credos, etc. Referimo-nos aos protestantes; cristãos discordantes desde 1517 da teologia e dos procedimentos da igreja católica. Como se sabe, o protestantismo na América Latina é historicamente caracterizado por um tipo de apatia social e política, um sectarismo e ascetismo inconfundíveis. Diante disto, criou-se muita expectativa e interesse em torno da presença e performance política destes novos atores, inclusive quanto a sua permanência depois que os trabalhos constituintes fossem concluídos. Alguns estudos acadêmicos foram desenvolvidos tendo-os como tema, principalmente sobre sua atuação na constituinte, geralmente os criticando pelo conservadorismo de suas idéias ou pelo fisiologismo de suas práticas. Entretanto, quase nada foi escrito sobre as legislaturas que se seguiram, e como estes “novos” atores passaram a atuar no novo ambiente institucional do Congresso na década de 90.

A presença protestante no parlamento brasileiro, não deve ser pensada isoladamente da sua presença na sociedade brasileira. O Brasil outrora era reconhecido, inclusive no censo do IBGE¹, como um país cuja religião oficial era o catolicismo. Atualmente, apesar dos que se dizem católicos representarem a maioria (124.980.132 pessoas)², isto já não acontece, pois o número de pessoas que se declaram seguidoras de outras religiões aumenta a cada dia. No último censo realizado no ano 2000, os protestantes (ou evangélicos) aparecem como sendo 26.184.941 pessoas (cerca de 15% da população brasileira). Conseqüentemente, estes têm garantido presença em muitos espaços sociais; a base social tem se alargado, de forma que a sua presença no plano da representação política não deve ser motivo de nenhuma surpresa. Estudar a permanência protestante na política se torna socialmente importante para protestantes e não-protestantes, pois o fato de estarem politicamente representados denota algum nível de envolvimento político, mas não garante

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, responsável, entre outras importantes pesquisas, pelo censo brasileiro que ocorre a cada dez anos.

² De acordo com o censo demográfico 2000.

ao “eleitor comum” uma visão menos nebulosa da política. Existem, entre seus pares, percepções diferentes do protestante na política: ele pode ser visto com enorme expectativa positiva (o protótipo do bom político), ou ao contrário, ser desacreditado e mal visto por se envolver com “coisas do mundo”; um mundo já falido, como denota a escatologia cristã, portanto, passível de ser entregue ao seu próprio “destino”. Ou seja, a política não é percebida em si mesma, mas em função dos vários grupos (denominações) e suas respectivas cosmovisões que compõem o campo protestante nacional. Do ponto-de-vista teórico, este tipo de abordagem também tem fundamental importância para fiéis ou não, pois possibilita conhecer os diferentes modelos que tentam explicar a prática política nas assembleias, o que também auxilia na desmistificação de que o político protestante é imune às exigências da prática e da ética política. Saber como os deputados protestantes se postaram durante a década de noventa no parlamento, torna-se essencial, especialmente para os próprios protestantes (eleitores ou políticos).

No capítulo 1 resgataremos a relação da religião cristã com a política. Começaremos pela chegada da igreja (católica) ao Brasil e sua posterior separação do Estado com o advento da República, em seguida falaremos da reaproximação promovida pela *intelligentsia* católica, bem como o seu *modus operandi*. Também abordaremos o fortalecimento do protestantismo através do pentecostalismo, bem como o seu desenvolvimento na sociedade e na política brasileira. Finalmente, falaremos da presença protestante na Assembleia Constituinte de 1986, bem como o relativo consenso entre os intelectuais que trataram deste assunto. No capítulo 2 procederemos ao desenvolvimento das teorias que alimentam o debate acadêmico sobre o comportamento legislativo nas democracias contemporâneas.

Discutiremos, mais especificamente, o caso do Brasil, numa tentativa de elucidar a lógica que de fato permeia a atuação do político protestante. Discutiremos brevemente, a formação dos “grupos de interesse” no interior do Congresso como uma possibilidade de atuação dos políticos, inclusive dos protestantes. No capítulo 3 procederemos a uma análise da presença protestante na Câmara dos Deputados na 49ª, 50ª e 51ª legislaturas (1987 a 2003). Usaremos dados sobre experiência política prévia do deputado, presença em comissões permanentes, acesso ou não a posições que possibilitam recursos políticos, partidos, ideologias partidárias, etc. Assim, esperamos traçar, ainda que minimamente, um perfil político dos protestantes na Câmara dos Deputados durante este período.

Nosso objetivo, levando em conta o conhecimento acumulado nos últimos anos acerca do comportamento legislativo no Brasil, será o de verificar até que ponto os deputados

protestantes se destacam como um grupo específico de legisladores. Além disso, esperamos estar contribuindo para que se compreenda melhor a atuação destes deputados, compreensão que torna-se importante, acreditamos, não apenas para o público protestante, mas para a comunidade acadêmica, dada a crescente importância social, política, cultural e econômica que este segmento vem alcançando na sociedade brasileira nos últimos anos. Contudo, devemos ressaltar os limites metodológicos, as dificuldades em se obter dados mais significativos, e vários outros impedimentos, para uma contribuição mais efetiva no momento.

2 RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL.

A igreja católica chega ao Brasil junto com as potências européias do século dezesseis. Uma igreja pressionada pelas condições políticas internas e externas do seu tempo. No entanto, esta instituição se esforçou na realização dos seus interesses, demonstrando competência ideológica, política, criatividade, disposição e organização. Um bom exemplo são as atuações das ordens religiosas, a maneira como “justificavam racionalmente seus valores”³. A primeira grande dificuldade em solo brasileiro, veio com a proclamação da República em 1889, ocasião em que as suas pretensões políticas e religiosas foram ameaçadas pela separação do Estado. O fim da aliança com o Estado se deu não por influência dos protestantes, recém chegados ao Brasil, mas pelos ideais liberais da elite política que ocupava o Estado naquele momento. Estes ideais destoavam das práticas e costumes tradicionais, conservadores e retrógrados vigentes e dominantes nas relações sociais.

O governo republicano separa Igreja e Estado em janeiro de 1890. A Constituição de 1891 atende a reivindicações anticlericais partilhadas pelos protestantes, como casamento civil, cemitérios seculares e ensino religioso leigo (...) Boa parte do protestantismo ainda é de luteranos. Mas estes, sendo majoritariamente monarquistas, passam a isolar-se na República... (FRESTON, 1994, p.19)

Obviamente que os protestantes ganharam com esta cisão, mas absolutamente não foram os maiores responsáveis por ela. Os ideais políticos liberais prezam a neutralidade do Estado, no sentido da preservação e consolidação dos ganhos advindos com a superação do domínio da igreja a partir da Reforma Protestante⁴. A religião desde então, é algo que diz respeito às consciências individuais, às subjetividades, portanto não deve ser projetada e executada objetivamente, sobretudo, pelo Estado.

³ A este respeito ver o livro de José Eisenberg, “As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno – encontros culturais, aventuras teóricas”.Ed. UFMG.

⁴ A Reforma Protestante representou apenas o golpe derradeiro de um longo processo que minou as estruturas dominantes da religião que dominou na Idade Medieval.

A aliança entre o Estado e a instituição religiosa gera constrangimento à liberdade dos cidadãos, indica um Estado cujo poder não reconhece limites. Nada é mais francamente oposto ao pensamento político liberal. Vejamos o que pensa John Stuart Mill, um dos maiores expoentes do liberalismo político, na interpretação de Norberto Bobbio ⁵.

... a liberdade pela qual se interessa Mill é a liberdade negativa, ou seja, a liberdade entendida como situação na qual se encontra um sujeito (...) que não está impedido por qualquer força externa de fazer aquilo que deseja e não está constrangido a fazer aquilo que não deseja (...) limitar o direito do Estado de restringir a esfera da liberdade individual – na qual o indivíduo pode escolher entre várias alternativas, e de induzir os cidadãos a fazer algo contra a vontade deles ... (BOBBIO, 1995, p.66)

Devemos considerar que o ideário político da elite brasileira à frente do Estado republicano não se realizou porque, como vimos, contrastava com uma base social caracterizada por relações conservadoras e não liberais. Estas relações conservadoras e tradicionais não estavam apenas fora do Estado, na base social, mas se alojaram e parasitaram o próprio processo de desenvolvimento do Estado brasileiro, legitimando o patrimonialismo, o fisiologismo e o nepotismo enquanto práticas políticas.

No caso brasileiro (...) a concessão de liberdade religiosa e a separação Igreja- Estado romperam definitivamente o monopólio católico, abrindo caminho para que outros grupos religiosos pudessem ingressar e se formar no país, disputar e conquistar novos espaços na sociedade, adquirir legitimidade social e consolidar sua presença institucional. (MARIANO, 2003, p.112)

Embora esta decisão dos liberais não tenha consolidado todo o espectro dos ideais liberais, mesmo porque este foi transplantado para o Brasil, contribuiu para um processo de rearranjo social importante. A separação do Estado que perdura até hoje foi amenizada por uma reaproximação a partir do final da década de 20.

⁵ Filósofo político italiano, um dos maiores pensadores do século XX.

Mas, durante todo este período (1890 ao fim dos anos vinte), a igreja católica “bateu cabeça” por sua própria culpa, certamente experimentando um processo de adaptação à nova situação na qual ela teria que fazer infinitamente mais e melhor para garantir sua base social de sustentação, bem como a expressão política dos seus interesses. Contudo, não ficou inerte esperando o fortalecimento das bases sociais do Estado, nem que estas se transformassem deixando de ser conservadoras, pois caso isto acontecesse a igreja não mais teria condições de recuperar o espaço perdido. Afinal, uma transformação deste vulto gera conseqüências imprevisíveis. Por isso, se apressou em se impor enquanto ator político consciente da penetração social que dispunha, bem como da habilidade histórica em equilibrar discurso religioso e práticas mundanas para a efetivação dos seus interesses. A igreja católica era associada ao Estado antes do advento da República, mas diante da impossibilidade da manutenção desta associação, a igreja procurou meios de influenciar as decisões políticas, se mostrando essencial às pretensões do Estado como agente legitimadora deste junto à base social. O trunfo da igreja católica era também um dos motivos da sua preocupação em se manter ativa politicamente. A base social expressiva era sinônimo de “força” e, ao mesmo tempo, exigia ações efetivas para ser mantida, pois a igreja católica não era mais a única a atuar no campo religioso brasileiro. Daí, a estratégia desta igreja em manter uma proximidade com o Estado, bem como assegurar um lugar de destaque para a classe média no seu arranjo institucional. A elite política e a elite social como meios para o domínio das massas, que por sua vez a garantia junto às elites e ao poder. Apesar da engenhosidade e de alguns bons resultados desta estratégia, ela se mostrou em médio e longo prazo, insuficiente para garantir a sua prevalência. Contudo, conseguiu assegurar a unidade institucional da igreja, embora esta tenha perdido importantes espaços no mercado religioso e político.

2.1 Catolicismo e política no Brasil.

Sob o comando perspicaz de D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942) ainda nos anos 20, a igreja formou uma intelectualidade capaz de responder ideologicamente as acusações liberais, bem como cuidou de centralizar o comando da hierarquia em suas mãos ⁶.

A resposta da igreja católica aos liberais e aos protestantes foram sucessivas demonstrações de força moral junto às massas, coisa que nem o Estado com “idéias transplantadas” e nem outro segmento social ou religioso era capaz de realizar naqueles anos. Quando nada, esta foi uma grande demonstração não apenas de penetração social, mas de conhecimento da política e dos seus meandros. A um só tempo a igreja católica sinalizava com comando, controle, inteligência e organização. Perante uma instituição com rumo certo e timoneiro, em 1934 apareceram os primeiros resultados desta estratégia. A Constituição de 1934 encarnou o momento do restabelecimento em alguma medida, do espaço político perdido anteriormente.

[Desta feita] o reconhecimento do valor civil do casamento religioso, da proibição do divórcio, além de se facultar a educação religiosa em escolas públicas e permitido ao Estado o financiamento de escolas da igreja, seminários, hospitais e quaisquer outras atividades e instituições consideradas de ‘interesse coletivo’ (DELLA CAVA,1974,p.15)

O grande trunfo da igreja católica como vimos, era a capacidade de mobilização das massas. Este foi o motivo pelo qual a igreja não quis enveredar pela política partidária direta. Se a igreja escolhesse o caminho dos partidos, ela correria o risco de dividir as massas. Em boa medida, também porque os partidos no Brasil eram frágeis. A linha de raciocínio era que nos regimes democráticos os partidos acabavam dificultando a consolidação dos interesses, porque exigiam negociações “inesgotáveis”, enquanto nos regimes autoritários, os partidos são facilmente esmagados e submetidos.

⁶ Apesar do impacto da Reforma Protestante, a igreja católica manteve sua unidade institucional, que muito lhe valeu, inclusive para a centralização hierárquica promovida por Leme. Os protestantes, ao contrário se preocupam mais com a unidade espiritual – o que os une é servir a um mesmo Deus (ver na Bíblia 1 Co 12), mas esta logo fica pálida diante das inúmeras diferenças doutrinárias, teológicas, organizacionais e institucionais destes. As igrejas protestantes mantêm hierarquias diversas, paralelas, divididas internamente no âmbito de uma mesma denominação. Aliás, o conceito “denominação” só faz sentido no meio protestante.

[A ACB] foi definida pelos próprios Papas como ‘uma organização de leigos participando do apostolado hierárquico da Igreja fora de qualquer filiação política, com a finalidade de estabelecer o reino universal de Jesus Cristo’... (DELLA CAVA, 1974, p.16)

Sendo assim, a igreja não poderia arriscar seu destino participando diretamente no embate partidário. A força da igreja católica estava na sua unidade, pois isto gerava uma sensação de segurança e estabilidade nos fiéis. Esta definição institucional resume a preocupação com a unidade de comando, a aversão à política partidária diretamente exercida e, a subliminaridade da prática política no discurso sagrado. O apelo aos grupos de maior força econômica, política e intelectual em busca do comprometimento destes, se dava em nome de interesses supostamente “superiores e divergentes (...) em relação ao Estado”.(DELLA CAVA, 1974).

A lógica destas organizações de católicos leigos, era a de influenciar os tomadores de decisões espalhados pelos diferentes partidos. Ou seja, ao contrário dos “grupos de pressão” que se encontram hoje no interior dos parlamentos, sofrendo o “custo” político de uma ação direta, aqueles se valiam apenas dos benefícios de representar uma instituição com históricos e profundos laços sociais e em nome de interesses não mundanos. Estes “grupos de pressão” foram preferidos, porque implicavam em melhores resultados e menores riscos, além de uma pseudoneutralidade. Também eram mais fáceis de serem controlados pela hierarquia católica, algo difícil de ocorrer caso fosse feita a opção pela via partidária. Enquanto estratégia política este artifício foi perfeito para as necessidades da igreja em um momento em que ela detinha amplo controle social, e através deste ela assegurava a realização de interesses políticos.⁷

⁷. A alternativa encontrada para não correr riscos desnecessários, foi uma inovação interessante. A igreja católica criou os primeiros “grupos de pressão” religiosos no Brasil. Seguindo seu propósito junto aos leigos, a hierarquia católica criou em 1932 a LEC (Liga Eleitoral Católica), cuja organização serviu para apoiar políticos favoráveis aos seus interesses. Já em 1935 foi criada outra organização, a ACB (Ação Católica Brasileira).

A unidade institucional no imaginário dos fiéis refletia a unidade em Cristo Jesus. Mas do ponto-de-vista da manutenção de sua inserção social, a igreja cometeu um grande erro. Este erro, do qual trataremos melhor mais à frente, foi o de priorizar os interesses seculares em detrimento dos espirituais, bem como menosprezar os fiéis mais humildes, priorizando a classe média.

A igreja católica entre 1945 e 1970 experimentou um tipo de refluxo, um retrocesso nos avanços conquistados sob a batuta de D. Sebastião Leme da Silveira Cintra. Acontecimentos como a morte de D. Sebastião Leme em 1942, o fortalecimento protestante e a conseqüente dinamização da concorrência pelo monopólio espiritual, foram decisivos para este período “morro a baixo”. Principalmente com o desaparecimento de D. Sebastião Leme (1942) e o fim do Estado Novo (1945), a igreja entra em crise paulatinamente. Falta liderança capaz de planejar, ditar o rumo político e se fazer crível. Também faltam clérigos. Somente em 1952, com o surgimento da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e sob a direção de D. Hélder Câmara e a “assessoria” de D. Lombardi, a igreja retoma ações planejadas, geralmente em concordância com os governos que ocuparam a chefia do Estado entre 1954-64. Ambos procuraram administrar a divisão interna entre a ala conservadora e a progressista, esta última representada por Câmara e Lombardi. A divisão da igreja católica se dá no âmbito interno, entre as linhas ideológicas e teológicas que compõem sua hierarquia sendo, entretanto, assegurada a unidade da instituição⁸. Quanto à estratégia, a igreja continuava apartada da participação direta nas arenas decisórias. Ainda optava pelas organizações de católicos leigos. Neste período surgem a JUC (Juventude Universitária Católica) e também a JOC (Juventude Operária Católica). Quando estas organizações ensaiaram uma aproximação com os marxistas, na busca de uma ação mais estritamente política, a hierarquia católica as desarticulou e deixou claro que este ponto era indiscutível e inegociável.

⁸ Já entre os protestantes, a divisão se dá entre e dentro das igrejas, o que as une é apenas o sentido da unidade espiritual – todos são irmãos em Cristo – e alguns preceitos básicos da fé professada. Certamente isto dificulta ações conjuntas e articuladas com uma “cara” institucional como as dos católicos.

Após o golpe de 1964, ficou inviável para a igreja impedir o envolvimento com os partidos e as ideologias de esquerda. A ala mais progressista da igreja enveredou pelo caminho das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) e assumiu o envolvimento com as comunidades carentes amparada pela "teologia da libertação", que considera todas as formas de opressão, inclusive a econômica, como personificação do pecado. Daí o grande envolvimento militante nos movimentos sociais ocorridos antes da redemocratização do país.

2.2 Pentecostalismo e política no Brasil.

Enquanto a igreja católica já colhia resultados de uma bem articulada e executada estratégia de cooptação e controle, os protestantes esbravejavam através de um manifesto em 1932, no qual verbalizavam a necessidade de articulação para tentar influenciar os futuros constituintes e chegam a propor uma malfadada Confederação Evangélica. Os protestantes, a exemplo dos católicos, também não queriam o envolvimento direto com a política. No entanto, estavam em desvantagem em relação àqueles, pois não dispunham de um comando centralizado, não tinham uma estratégia definida e nem mesmo tinham uma base social expandida. O que tinham sobrando, era apatia política, ojeriza pela prática política e de resto por tudo que servisse de afirmação do mundo. Porém, queriam os ganhos políticos, os benefícios. Os protestantes se mostravam pouco dispostos a abandonarem o "exílio espiritual" para "sujar" as mãos com os negócios mundanos. A exceção ficou por conta do pioneiro Guaracy Silveira.

Guaracy Silveira (1893-1953) foi o único constituinte evangélico em 1933-34 e em 1946. Era pastor metodista e vinha de família aristocrática decadente (...) Elegeu-se pelo Partido Socialista Brasileiro (...) A Constituinte ainda não terminara quando foi expulso do partido. Após a eleição, havia começado 'a hostilidade dentro do partido, onde o classificaram de reacionário (...) Sua consciência cristã estava em choque a cada momento... (FREESTON, 1994, p.22)

A consciência cristã protestante era bem diferente da cristã católica. A igreja católica não se aventurou diretamente na política partidária por opção estratégica uma vez que esta, como vimos, envolvia riscos desnecessários e não garantia melhores resultados do que os alcançados por meio da pressão externa. A realidade católica era bem diferente, além de comando e estratégia definida, dispunha de uma grande base social, uma grande massa de fiéis. Já os protestantes, além da falta destes elementos básicos, sobretudo base social,

ainda eram incapazes de respeitar e aceitar as particularidades da moral e lógica política sem entrar em crise pessoal e em choque com os diferentes. Guaracy Silveira com certeza viveu momentos difíceis entre éticas tão distintas. Apesar do empreendedorismo deste homem, os protestantes ainda resistiram por muito tempo à política.

... 29 protestantes se candidataram a deputado federal ou estadual em 1934. Mas, passada a Constituinte, a reação da comunidade protestante foi de reforço ao isolamento. É só no pós-guerra que ela chega a sustentar efetivamente um contingente de políticos. (FREESTON, 1994, p.23)

Os protestantes haviam aprendido com os católicos, que o momento da Constituinte era o único que valia o sacrifício de se misturar com coisas mundanas para o benefício do grupo de fé. Embora este não fosse o pensamento católico (restringir a importância da política ao momento constituinte), foi esta impressão que ficou para os protestantes. Por isto eles “valorizaram” o momento da Constituinte numa tentativa de engendrar suas necessidades, e passado aquele momento, a política não serviria mais para nada. Algumas linhas atrás, afirmamos que a igreja católica havia cometido um grande erro. Este erro foi o de desprezar, subestimar e relegar a fé supersticiosa dos humildes, a necessidade que este segmento tinha de vivenciar mais intensamente o sagrado e a experiência com o sobrenatural. Isto proporcionou a arrancada dos protestantes rumo à formação de uma base social expandida. Esta base social expandida e sólida, porém não monopolizadora, significava a conquista de uma importante fatia do mercado religioso, o que permitiu e, na verdade exigiu, a defesa dos seus interesses de grupo. O alargamento e aprofundamento da base social protestante levou à necessidade da inserção política como fator de sobrevivência. Na verdade, ainda que inconscientemente, os protestantes trilhavam o caminho inverso dos católicos, de baixo para cima. Por isso, talvez possam representar a possibilidade de uma autêntica vanguarda⁹ em termos de clivagem religiosa se expressando politicamente no país.

A matriz protestante que chega ao Brasil no século XIX vinda da Europa, depois de passar pelos Estados Unidos, é caracterizada menos por uma tradição de desenvolvimento do pensamento teológico e mais pela valorização da chamada “experiência com Cristo”, onde o que prevalece é a exaltação emocional decorrente da vivência de uma “fé viva”. A presença do “Espírito Santo de Deus” seria mais sentida do que entendida racionalmente. As primeiras igrejas em solo brasileiro foram às ditas históricas ou missionárias, como o

próprio nome indica, fundadas por missionários aqui chegados com o propósito evangelizador. As primeiras igrejas pentecostais que surgiram foram a Congregação Cristã (1910) e Assembléia de Deus (1911), que prevaleceram até a década de 50, sempre voltadas para a classe popular, pessoas pobres e de baixa escolaridade, o que rendeu perseguições tanto dos católicos quanto dos protestantes históricos, de maior escolaridade e considerados a elite protestante da época. As coisas efetivamente começaram a se tornar difíceis para a igreja católica no início dos anos 60, devido à conformação de dois fatores: o alastramento das igrejas de “cura divina” e o processo de industrialização do país. A industrialização proporcionou a saída em massa de grandes contingentes populacionais das zonas rurais rumo às áreas industriais do centro-sul do país, movimento que possibilitou um passo no sentido da autonomia da classe pobre em relação à classe média católica (os pobres, até então, se viam ligados à igreja católica por absoluta incapacidade de estar em outro lugar). Certamente que esta movimentação das massas significou uma autonomia frente à igreja católica, mas não existe consenso em torno da idéia de uma autonomia absoluta desta massa de humildes¹⁰. Antes da industrialização e do protestantismo de “cura divina”, não havia um outro lugar físico e simbólico para os humildes. Não estava difundido um sistema imaginário alternativo que não desprezasse, mas encampasse muito dos significados e sentidos daqueles homens humildes e de muita fé.

⁹ Vanguarda no sentido de que a própria base social em expansão procura a política como espaço para a expressão dos seus interesses.

¹⁰ “Se com o professor Willems, aceitamos a ruptura do pentecostalismo com as formas sociais tradicionais, e o caráter igualitário democrático da comunidade pentecostal, será lógico estimar que esta comunidade oferece ao homem uma primeira aprendizagem da vida em uma ‘sociedade participante’, e que ela constitui uma escala entre a tradição e a modernidade. (...) se reconhecemos a renúncia do indivíduo frente ao grupo que exerce sobre ele uma influência totalizante, então será duvidoso considerar o pentecostalismo como fator positivo de transição que capacite o indivíduo para o exercício da responsabilidade na sociedade moderna”. (D’ELPINAY, 1970, p.211)

Christian Lalive D’epinay (1970, p.208-211) se apressa em não corroborar a tese de que os protestantes pentecostais representariam um grupo que teria invertido a polaridade da indiferença e instrumentalização de classe, representada pelo catolicismo identificado a uma sociedade tradicional. Defende que o pentecostalismo está para o tradicionalismo e não para a modernidade, devido ao seu caráter “totalizante sobre o indivíduo”. E que o espírito comunitário pentecostal apenas transferiu a patronagem dos “clericais de classe média”.(DELLA CAVA, 1974, p.27) para o “modelo paternalista de família ampliada” do pentecostalismo. (D’ELPINAY, 1970, p.210)

O movimento pentecostal foi um movimento inerente ao protestantismo e que ganhou o mundo, como um tipo de “reavivamento” da fé. A valorização da “experiência com Cristo”, tendo por base o relato bíblico (Atos capítulo 2), quando Deus se manifesta à multidão e derrama o dom do seu Espírito Santo.

Esta vertente vem dinamizar a vivência “fria” do evangelho. Tem-se então que as igrejas pentecostais até a década de 50, priorizavam o “dom de línguas”, não por acaso o dom que Deus derramou sobre a multidão no dia de Pentecostes (Atos 2) como sinal da dimensão universal da missão dos apóstolos, e que gerou um profundo estado de exaltação. Nos cultos, nas reuniões de oração destas comunidades religiosas era imprescindível a manifestação deste dom, até porque era bastante comum se creditar à condição de crente somente àqueles que manifestavam desta forma a presença de Deus em seus corações. A partir do final da década de 50, um novo movimento toma corpo dentro do próprio movimento pentecostal: o movimento de “cura divina”. Este movimento priorizava não mais o “dom de línguas” mas o “dom de cura”, igrejas pentecostais pregavam um Deus que curava, um Deus de milagres, um Deus capaz de vencer até a morte, enfim, um Deus de ações efetivas nas vidas individuais. Eficientes estratégias evangelísticas de massa foram utilizadas, como programas de rádio, estádios de futebol, praças públicas, onde tivesse grandes concentrações, lá estavam eles. Os protestantes experimentaram uma expansão incrível, principalmente entre aqueles recém chegados das zonas rurais. Por este flanco possibilitado pela omissão da igreja católica, bem como pelas dissidências de outros ramos protestantes, como os históricos, estas igrejas perceberam uma proliferação sem precedentes. Paradoxalmente, também experimentaram uma dinamização denominacional muito grande (uma fragmentação institucional sem precedentes no Brasil). A ênfase sobre o “dom de cura” prevalece até metade dos anos 70 e apesar desta mudança de ênfase nos dons, de línguas para cura, segundo Beatriz Muniz de Souza (1969, p.103), “o núcleo doutrinário permanece inalterado em qualquer das ramificações pentecostais [até então]”. Embora dentro da matriz pentecostal fosse possível encontrar sutis e importantes diferenças entre as inúmeras igrejas, a diferença doutrinária só iria aparecer com o neopentecostalismo surgido na segunda metade dos anos 70. Principalmente em um dos principais traços deste

último, a atitude de reafirmação do mundo. Enquanto os pentecostais ganharam fama de muito espirituais e pouco participativos social e politicamente, os neopentecostais participam e desfrutam do mundo de uma forma intensa e sem falsos pudores. O Deus dos neopentecostais é um Deus que quer abençoar, e o faz na vida financeira, conjugal, enfim, é um Deus do agora e não o Deus escatológico dos pentecostais e históricos.

... as diferenças teológicas (...) as comportamentais (abandono do ascetismo intramundano) e sociais (diminuição do sectarismo) compõem os critérios adotados para classificação do neopentecostalismo (...) o neopentecostalismo não é definido isoladamente nem em si mesmo (...) é construído a partir da adoção de parâmetros relacionais (...) distinções de caráter doutrinário e comportamental (...) arrojadas formas de inserção social e seu ethos de afirmação do mundo. Tais características, no entanto, não fazem parte de todas as igrejas nascidas desde então. (MARIANO, 1999, p.37)

Embora a grande diferença doutrinária e teológica no caso brasileiro apareça entre os pentecostais e os neopentecostais, não podemos ser indiferentes ao fato de que o grau de liberdade de articulação e interpretação das Escrituras Sagradas permite variações no exercício da fé, e estas por sua vez dão origem a diferentes estruturas e instituições religiosas que normalmente se vêem como concorrentes. A fragmentação institucional exacerbada é a grande “chaga” que compromete uma melhor performance política protestante.

Voltando à atuação política protestante, em torno de 1950 já era possível falar de uma participação política direta. A esta altura, protestantes históricos ocupavam cargos legislativos em todos os níveis. A grande expansão das igrejas pentecostais, a quebra definitiva do monopólio católico sobre as bases sociais, bem como a consolidação da participação política direta nos parlamentos, os deixavam em condições de lutarem por um maior espaço político, embora nada disto fosse fruto de um planejamento com tal objetivo. Após o golpe de 1964, a igreja católica caminhou com os militares até 1968, quando houve o recrudescimento do regime com a assinatura do AI-5 (Ato Institucional de número 5) que cassou direitos civis e legalizou procedimentos autoritários de perseguição aos dissidentes e contestadores do regime instaurado em 31 de março daquele ano. A partir daí, os protestantes se viram diante do que lhes pareceu a “oportunidade de suas vidas”: ocupar o lugar da igreja católica junto ao Estado. Setores do protestantismo foram sendo cooptados pelos militares, tarefa relativamente fácil diante da vulnerabilidade institucional cindida pela fragmentação, bem como pela carência legitimatória de um povo

ávido por ser reconhecido como ator político e o respeito às autoridades seculares pregada nas igrejas, como instituídas por Deus¹¹, facilitadora do domínio das massas.

[Devido] as conhecidas dificuldades no relacionamento de Brasília com a hierarquia católica, facilitada pela maior disposição dos protestantes – até por razões doutrinárias – a se comporem com autoridades seculares (...) algumas igrejas, sobretudo as Pentecostais e Batistas, adotam firmemente o princípio do respeito à autoridade, e mantêm seus adeptos sob rígidos códigos de disciplina. (DANTAS, 1982)

Os protestantes foram sendo moldados e aperfeiçoados ideologicamente para serem o sustentáculo civil do regime autoritário, muitos líderes religiosos participaram dos cursos oferecidos pela ESG (Escola Superior de Guerra) a “convite” dos militares. Uma instituição sabidamente reacionária e conservadora. Nem mesmo os protestantes históricos, simpáticos à ideologia liberal e mais instruídos que os pentecostais, ficaram imunes a este movimento. Entre 1946 e 1987 a presença protestante (protestantes das diferentes denominações) na política se consolida, com menos intensidade no período autoritário (1964/84). Antes de 1986, porém, a presença pentecostal na política era pontual, a grande explosão desta denominação ocorre na Constituinte.

2.3 Os Protestantes na Assembléia Nacional Constituinte de 1986.

A presença protestante na ANC eleita em 1986 chamou a atenção. O contingente de 34 deputados constituintes surpreendeu o país pelo menos por dois motivos. Primeiro porque os religiosos esperados eram outros, notadamente os historicamente envolvidos com os movimentos sociais e de base – os católicos progressistas.¹²

Isto porque no campo protestante, aqueles que estiveram dispostos a alguma militância social e política, geralmente não obtiveram o apoio institucional, antes pelo contrário, muitos foram perseguidos, discriminados e, alguns forçados a deixar suas igrejas.

¹¹ “Todos devem sujeitar-se às autoridades governamentais, pois não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por ele estabelecidas. Portanto, aquele que se rebela contra a autoridade está se colocando contra o que Deus instituiu, e aqueles que assim procedem trazem condenação sobre si mesmos. (Romanos 13:1-2)”.

¹² Isto não quer dizer que não havia políticos ligados a igreja católica na Constituinte de 1986. A ala progressista da igreja católica marcou passo no ativismo de base através das CEB’s e dos movimentos sociais.

O segundo motivo é que entre os protestantes o ramo mais bem disposto e “energizado” eram os pentecostais, porém eram os mais arredios social e politicamente. Contudo, mais da metade dos 34 deputados tinham origem pentecostal, como se pode observar pelo Quadro 1.¹³ Eram líderes religiosos de uma massa de baixa escolaridade, muita espiritualidade e, principalmente, de repúdio ao mundo exterior ao da comunidade de fé. O meio protestante não é homogêneo, portanto entre as denominações encontramos umas mais adaptadas e propensas do que outras em determinados aspectos. No geral, o número dos protestantes históricos envolvidos com a política se mantém constante, enquanto os pentecostais assumem candidaturas e vão as urnas, expandindo assim sua presença nesta esfera. Os protestantes procuraram assumir o veio político, não sem controvérsias internas em cada denominação ou igreja, disputas, exageros e enganos.

Em apenas cinco anos após a eleição de 1986, haviam chegado ao Congresso quase tantos evangélicos quanto em toda a história anterior. Os pentecostais, antes insignificantes, passaram a predominar, enquanto o número de históricos permaneceu estável. (FREESTON, 1994, p.46)

Quadro 1

Distribuição dos Deputados Federais por Denominações Protestantes em 1986

Número de Deputados	Denominações
08	Batistas
04	Presbiterianos
01	Igreja Cristã Evangélica
01	Adventista
01	Congregacional
01	Igreja Cristã Confissão Reformada
01	Igreja Universal do Reino de Deus*
02	Igreja do Evangelho Quadrangular*
14	Assembléia de Deus*

Fonte: A Realidade Social das Religiões no Brasil, 1996.
pentecostais. Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi.

* igrejas

¹³ Na verdade foram eleitos 32 deputados, sendo que mais dois suplentes assumiram posteriormente.

A idéia de que o país estava diante de uma “bancada evangélica”, logo tomou conta das expectativas de todos, baseado no expressivo número de deputados. Contudo, nem todas as pessoas levaram em consideração que sob a bandeira do protestantismo encontravam-se divisões históricas no aspecto teológico, doutrinário ou institucional que em significativa medida conformavam as suas consciências e ações. Além dos muitos interesses pessoais de cada parlamentar, do partido ao qual estava filiado e tantos outros. No entanto, a “bancada” conseguiu atrair a ambição dos variados grupos políticos nacionais, da mídia, do meio acadêmico, enfim, de toda a sociedade, cada qual com seu interesse particular naquele fenômeno nacional. Onde eles estavam até então? A verdade, é que timidamente a partir de 1933 sempre houve a presença protestante na política, mas nunca com tamanha ênfase. O que aconteceu a partir de 1986 refletiu a expansão da base social e o aumento da concorrência no campo religioso brasileiro. Os crentes começaram a se assumir e a assumir variadas posições na sociedade. Também outros segmentos religiosos ou não, fizeram o mesmo, ou seja, partiram em busca da afirmação dos seus valores e interesses. Ao se fazerem numericamente bem representados em Brasília em 1986, sinalizaram com a idéia de que se tratava do ato derradeiro de uma bem costurada e realizada estratégia de domínio político, mas isso não procede. Na verdade eles próprios se surpreenderam quando se perceberam em tal número na Câmara dos Deputados. Coletivamente, a sua chegada não implicou em ações conjuntas e planejadas. Na verdade, tratava-se de um grande grupo de deputados que representavam igrejas ou denominações que mal se entendiam sob alguns aspectos da fé cristã. Por que imaginar que teriam então uma agenda comum de interesses além dos consensos básicos do cristianismo? Ao contrário da igreja católica, faltava a estes, um centro hierárquico articulador capaz de administrar a diversidade, mantendo-a em níveis suportáveis e não ameaçadores da identidade cristã. Não um centro para articular apenas ações políticas pontuais, mas algo fora do parlamento que pudesse reunir e otimizar os interesses, bem como planejar as ações protestantes em geral, inclusive as ações políticas. Portanto, a iniciativa de orquestrar uma atuação política na Constituinte de 1986, não era vestígio de uma articulação e coordenação prévia à qual se dava seqüência, mas um paleativo, uma tentativa de salvar algo, de se tirar o melhor proveito de uma situação dada, encaminhado por algumas “pseudo” lideranças protestantes

dentro daquele grupo parlamentar.

Os protestantes foram literalmente “fagocitados” pela lógica pragmática da política. A despeito das tentativas de concatenação e orientação comum dos seus comportamentos, eles se perderam diante da histórica possibilidade de realizarem os seus interesses pessoais ou dos seus pequenos grupos isolados e desarticulados. Deixaram-se instrumentalizar inúmeras vezes.

A dupla característica do mundo evangélico, de consciência de identidade comum mas divisão institucional, deixa-o exposto, em certos momentos, a um grau de ‘politização’ muito maior do que o mundo católico ... (FRESTON, 1994, p.42)

Ao contrário da igreja católica, os protestantes em virtude da circunstância de um campo religioso em concorrência, tentaram viabilizar um “grupo de pressão ou interesse” dentro e não fora do Legislativo. Conseqüentemente, ficaram muito expostos a toda sorte de situações que geraram falta de credibilidade, erros, imagens públicas negativas e depreciativas. As ações destes deputados não obedeciam a um senso de orientação comum. A literatura (entre outros, Pierucci 1996 e Freston 1994) afirma que um relativo consenso existia em relação às questões comportamentais que flagrantemente feriam alguns pilares do cristianismo protestante, como por exemplo, o aborto, o homossexualismo, a pornografia, a pena de morte, e outros do mesmo naipe. Os protestantes ideologicamente priorizaram as questões comportamentais, chegaram a alterar o curso de determinadas discussões, bem como chegaram a propor alternativas, sem muita coerência é verdade. Pragmaticamente, se ocuparam em capturar recursos, em detrimento de quaisquer questões importantes para o país nas áreas social, econômica e financeira. Eles, enquanto grupo, não mostraram disposição nem interesse para subverter e transformar a situação desfavorável da grande massa de desvalidos que sofriam com os interesses históricos das elites nacionais. Tudo virava moeda de troca nas mãos desses deputados, salvo as questões comportamentais; as restantes eram consideradas questões “menores”. A ideologia teve um importante papel, embora não possa ser considerada a única a ter influenciado decisivamente aquele processo político. O quadro 2 apresenta a disposição partidária destes deputados em relação aos partidos no início e no final dos trabalhos constituintes.

QUADRO 2

Distribuição Partidária dos Deputados Federais no Início e no Final da Constituinte de 1986

Partidos	Início Mandato	Final Mandato
PFL	09	09
PDC	01	03
PMDB	15	12
PTB	02	03
PDT	04	04
PT	02	02

Fonte: A Realidade Social das Religiões no Brasil, 1996.
Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi.

Como vimos, metade dos deputados protestantes constituintes eram pentecostais, o que equivale a dizer que eram mais sensíveis às mazelas espirituais do que às necessidades materiais da população, não se preocupavam com as grandes questões nacionais. A grande maioria, como se percebe pelo quadro 2, foi eleita por partidos de centro-direita e direita, também não devemos nos esquecer do aperfeiçoamento que muitos fizeram na ESG (Escola Superior de Guerra)¹⁴. O número dos que estavam nos partidos de direita e esquerda no início e final do mandato se manteve¹⁵, sendo que o centro cedeu alguns poucos deputados para os pólos, como ilustra o quadro 2. A migração de dois deputados para o PDC, poderia ser interpretada como uma tentativa de aglutinar forças em um partido cristão, o que parece pouco provável devido ao perfil do “democrata cristão” do PDC. Os deputados eleitos pelos partidos de esquerda levaram em conta a ideologia partidária ao definir seu posicionamento em algumas discussões. Por outro lado, aqueles eleitos por partidos de centro-direita e direita, onde a ideologia é menos cobrada, provavelmente se beneficiaram de uma maior margem de manobra para negociar os seus pleitos. Mas quando o assunto era comportamental, certos posicionamentos geravam críticas dos seus pares.

¹⁴ “... autoridades das Igrejas Protestantes têm recebido convites da Escola Superior de Guerra para indicar pastores ou membros da hierarquia evangélica para fazerem seus cursos”. (DANTAS, 1982). É provável que alguns destes pastores ou membros da hierarquia à época do regime militar, tenham se tornado deputado constituinte.

¹⁵ Não significa que sejam os mesmos deputados, o que indicaria uma fidelidade partidária.

Benedita da Silva patrocinou emenda do movimento homossexual Triângulo Rosa, a favor de 'orientação sexual'. (...) Benedita foi outra vez criticada por sua igreja por ter deixado 'as determinações partidárias' falarem mais alto do que as convicções religiosas. (FRESTON, 1994, p.79)

Resumindo, quando o tema era comportamental eles polemizavam e tentavam articular alguma coisa, quando fugia a este perfil, saía de cena o conservadorismo e entrava o fisiologismo camuflado pelo manto da ideologia de direita ¹⁶. Os quadros 3 e 4 indicam como estes deputados se posicionaram em votações importantes, porém não comportamentais.

Quadro 3

Posicionamento dos deputados protestantes em algumas das votações na ANC.

Deputados	Partido	U.F	1	2	3	4	5	6	7
Antônio de Jesus	PMDB	GO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Arolde de Oliveira	PFL	RJ	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	AUS	SIM
Benedita da Silva	PT	RJ	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Celso Dourado	PMDB	BA	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Costa Ferreira	PFL	MA	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	AUS	SIM
Daso Coimbra	PMDB	RJ	SIM	NÃO	NÃO	AUS	SIM	AUS	SIM
Edésio Frias	PDT	RJ	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Eliel Rodríguez	PMDB	PA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Enoc Vieira	PFL	MA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Eraldo Tinoco	PFL	BA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Eunice Michiles	PFL	AM	SIM	NÃO	NÃO	AUS	AUS	ABS	SIM
Fausto Rocha	PFL	SP	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	AUS	NÃO	SIM
Gidel Dantas	PMDB	CE	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Jayme Paliarin	PTB	SP	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	AUS
João de Deus	PDT	RS	SIM	NÃO	SIM	AUS	SIM	NÃO	SIM
José Fernandes	PDT	AM	NÃO	SIM	AUS	SIM	SIM	AUS	NÃO
José Viana	PMDB	RO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	AUS	NÃO
Levy Dias	PFL	MS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	AUS	AUS	SIM
Lézio Sathler	PMDB	ES	NÃO	SIM	NÃO	AUS	SIM	NÃO	NÃO
Lysâneas Maciel	PDT	RJ	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Manoel Moreira	PMDB	SP	SIM	SIM	NÃO	AUS	SIM	SIM	NÃO
Mário de Oliveira	PMDB	MG	SIM	NÃO	SIM	SIM	AUS	NÃO	AUS
Matheus Iensen	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM

¹⁶ Não fazemos aqui a apologia do aborto, do homossexualismo, da pornografia e tantas outras possibilidades que inegavelmente subverte os valores correntes do cristianismo; mas fazemos oposição a esta idéia de que estamos diante de uma reserva moral da sociedade representada por líderes e seguidores religiosos protestantes, católicos ou de qualquer credo.

Milton Barbosa	PMDB	BA	SIM	NÃO	SIM	SIM	AUS	NÃO	SIM
Naphtali Alves	PMDB	GO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM

Nelson Aguiar	PMDB	ES	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	AUS	NÃO
Orlando Pacheco	PFL	SC	SIM	NÃO	SIM	NÃO	AUS	AUS	SIM
Paulo Delgado	PT	MG	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Roberto Augusto	PTB	RJ	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Roberto Vital	PMDB	MG	SIM	AUS	SIM	AUS	SIM	NÃO	SIM
Rubem Branquinho	PMDB	AC	SIM	NÃO	NÃO	AUS	AUS	AUS	SIM
Salatiel Carvalho	PFL	PE	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	AUS	SIM
Sotero Cunha	PDC	RJ	SIM	AUS	SIM	AUS	SIM	NÃO	NÃO

Fonte: Quem foi quem na Constituinte – DIAP-1988.

1. Cinco anos para o mandato do presidente José Sarney.
2. Reforma Agrária.
3. Monopólio da distribuição do petróleo.
4. Direito de greve.
5. Férias e 1/3 salário.
6. Estabilidade.
7. Voto a favor da emenda do “centrão” sobre direito de propriedade. AUS= ausente (não estava em plenário)

ABS= abstenção (presente, mas votou em branco)

QUADRO 4

Número de votos por tema

TEMAS	A FAVO R	CONTR A	AUS	ABS	ESQUERDA		CENTRO/DIREIT A	
					Favor/Contra		Favor/Contra	
Cinco anos para Sarney	24	09	–	–	01	05	23	04
Reforma Agrária	10	21	02	–	05	01	05	20
Monopólio do Petróleo	15	17	01	–	05	00	10	17
Direito de Greve	16	09	08	–	05	00	11	09
Férias e 1/3 salário	22	04	07	–	06	00	16	04
Estabilidade	05	17	10	01	04	01	01	16
Emenda do Centrão (direito de propriedade)	19	11	02	01	01	05	18	06

Fonte: Quem foi quem na Constituinte – Diap –1988

- Embora não tenhamos anotado as abstenções e ausências pelo corte esquerda/direita, estas foram significativas em algumas votações.

Os quadros acima mostram que os deputados protestantes foram majoritariamente favoráveis ao prolongamento do mandato do presidente José Sarney, contrários à Reforma Agrária (embora quase um terço – 10 em 31 – tenham sido favoráveis), se dividiram quase meio a meio na questão do monopólio na distribuição do petróleo, foram favoráveis ao direito de greve e a 1/3 de salário de férias, porém foram radicalmente contra a estabilidade no emprego e favoráveis à emenda do “centrão” – grupo parlamentar de direita – sobre o direito de propriedade. Quando passamos para o espectro esquerda – centro/direita, percebemos que a esquerda protestante votou alinhada, salvo o excelentíssimo deputado João de Deus do PDT-RS, assembleiano, que votou a favor de Sarney, contra a Reforma Agrária, contra a estabilidade e a favor do “centrão”. Os protestantes de centro/direita também votaram com alguma coerência ideológica, porém da qual devemos desconfiar, pois certamente esconde alguns “João de Deus” (podem estar obedecendo alguma outra lógica que não a partidária ideológica). Não obstante, existe uma nítida diferença entre o voto dos protestantes de esquerda e de direita em todas as questões. Ou seja, a ideologia conta e separa campos dentro da “bancada” na ANC. É de domínio público que os constituintes protestantes fizeram muita coisa em troca de contribuições financeiras e concessões de emissoras de rádio¹⁷. Portanto, não existe incompatibilidade radical entre o voto ideológico (ou partidário) e a busca da realização de alguns interesses mais imediatos. Não significa que quem vota como “João de Deus” está realizando o fisiologismo e os outros não. Os quadros acima mostram que votando com os partidos, os deputados protestantes conseguiram as tais concessões e outros benefícios, inclusive no âmbito comportamental.

Na fase das comissões, houve grande discussão em torno da proposta de incluir “identidade sexual” na lista de características pelas quais ninguém seria prejudicado (...) José Fernandes propôs “desvio sexual”. A questão foi omitida do projeto final. Numa última tentativa de incluí-la na fase das votações em plenário, foi derrotada ... (FRESTON, 1994, p.78-79)

¹⁷ Para saber sobre a atuação dos evangélicos na Constituinte de 1986, ver “Evangélicos na Política Brasileira: História Ambígua e Desafio Ético”. – Paul Freston, Curitiba, ed. Encontro, 1994 e “A Realidade Social das Religiões no Brasil” – Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandí, São Paulo, Hucitec, 1996.

Se no resultado geral das questões não comportamentais pode-se perceber um conservadorismo de direita, bem como um fisiologismo, isto parece não ter sido suficiente para garantir uma articulação entre eles. No âmbito das denominações, como mostra o quadro 5, deveria existir uma concatenação muito maior entre os deputados, e não uma variação dependendo do tema em votação. Ao observarmos algumas votações, consideradas do interesse dos conservadores, podemos perceber que deputados membros de uma mesma denominação se dividem quanto à opção de voto. Isto indica que “algo” no âmbito interno ao legislativo responde por tal situação, seja este fato de ordem partidário/ideológico ou estritamente. O que o quadro 5 parece indicar é que, para determinados temas, os deputados não buscavam os mesmos objetivos para todo o segmento protestante. Caso contrário, como explicar tal nível de divisão do voto?

Quadro 5
Votos por denominação

Denominação	Nº dep.	5 anos/Sarney		Reforma Agrária		Direito de propriedade	
		Fav.	Cont	Fav.	Cont	Fav	Cont
Assembléia de Deus	14	12	02	04	09	08	05

Fonte: baseado em “ A Realidade Social das Religiões no Brasil -1996”

Denominação	Nº dep.	5 anos/Sarney		Reforma Agrária		Direito de propriedade	
		Fav.	Cont	Fav	Cont	Fav	Cont
Batistas	08	05	03	03	04	05	03

Fonte: baseado em “ A Realidade Social das Religiões no Brasil -1996”

Denominação	Nº dep.	5 anos/Sarney		Reforma Agrária		Direito de propriedade	
		Fav	Cont	Fav	Cont	Fav	Cont
Presbiterianos	04	02	02	02	02	02	02

Fonte: baseado em “ A Realidade Social das Religiões no Brasil -1996”

Um fato ficou evidente: a simples presença no parlamento em número expressivo não garantia a realização dos interesses protestantes enquanto categoria genérica ¹⁸.

¹⁸ Temos razões para supor que para muitas denominações, estar na política não é expressão de um sentimento cívico, é não ficar para trás da concorrência. Infelizmente muitos crentes ainda votam em crentes, simplesmente porque pensam que enchendo o Congresso deles, estão contribuindo para um país melhor e para a causa cristã.

Cremos que assim sendo, um “olhar” desconfiado deve ser lançado sobre o que sem muito critério passou a ser considerada uma “bancada evangélica”.

Se usarmos como critério a expressão numérica, certamente existiu e existe na Câmara dos Deputados a referida “bancada”, pois ainda que se tratasse de apenas dois deputados protestantes poderíamos falar em bancada, embora com menor potencial político. Tanto uma “bancada” de dois como de trinta e quatro sofre influências das forças transfixadoras do meio onde se encontra. Interesses políticos, econômicos, partidários de diversos grupos dentro e fora do parlamento interferem no comportamento dos legisladores. Os dados que temos sobre os deputados são insuficientes para definir se existe ou não a “bancada” desde essa época, ou se o que se manifestou em 1986 foi apenas uma Frente Parlamentar Evangélica. Não obstante, a presença protestante na Constituinte de 1986 ficou marcada pela instrumentalização da política, seja para a defesa da moral de suas bases eleitorais, ou para a simples angariação de recursos, como as famosas concessões de rádio.¹⁹ Porém, não se pode negar que as nuances da política também instrumentalizaram aqueles deputados.

... a ação dos evangélicos conservadores (...) constituintes (...) foi uma trajetória de alianças com o poder econômico (UDR, UBE, ‘Centrão’) e com o governo federal, política e materialmente vantajosa, marcada, porém, desde o início por rupturas internas à bancada, que foram se acentuando no percurso. (PIERUCCI, 1989, p.125)

Entre as memberships das diversas denominações e igrejas locais²⁰, principalmente naquelas declaradamente sectárias e apolíticas, como, por exemplo, a “Congregação Cristã” e a “Deus e Amor”, era visível o descontentamento com o envolvimento político, até mesmo uma certa vergonha e frustração pela atuação excessivamente pragmática, politiqueria e pouco ética daqueles que chegaram ao Congresso sob a bandeira difusa dos protestantes.

¹⁹ A este respeito, ver Pierucci, 1989,1996; Freston,1993,1994. O poder dos protestantes aumentou muito, sobretudo o econômico de algumas denominações. Contudo, o mesmo poderia ter se dado sem abrir mão do compromisso com o espírito cristão, com os desvalidos da sociedade.

²⁰ Membresia significa o conjunto dos membros de uma determinada igreja ou denominação. Igrejas locais são aquelas igrejas pontuais, específicas, naquele endereço, ligada a uma comunidade específica.

Muitos políticos protestantes se utilizam desta categoria genérica e “sem rosto” (protestante ou evangélico) para fugir de uma identificação com alguma denominação específica. Este artifício alarga a base eleitoral, evitando o desgaste e ficando distante da “guerra particular deste segmento” no campo religioso, da luta por uma fatia maior do mercado religioso. Todavia, estes deputados protestantes de 1986 conseguiram alterar o curso de algumas decisões, como a própria questão dos cinco anos para Sarney, dos homossexuais, da reforma agrária, etc. Também conseguiram capturar recursos, como verbas, concessões de rádio, etc. Porém, não tiveram uma atuação afinada capaz de assegurá-los enquanto uma “bancada”, um “grupo de pressão” ou “interesses” eficaz.

2.4 Um relativo consenso sobre os protestantes de 1986.

Crentes e não-crentes, os primeiros muito mais que os segundos, nutrem grande expectativa em relação à atuação política protestante, principalmente pelo modelo moral que os orienta. Numa sociedade assolada por escândalos de corrupção, desigualdades sociais, impunidade, recém saída de uma ditadura de longos vinte anos, essa expectativa diante de tantos “homens de Deus” era natural. No meio acadêmico existe um relativo consenso sobre a postura política destes representantes em Brasília por ocasião da Constituinte. O consenso, é que assim como eles foram a “sensação” do início dos trabalhos, foram também uma das maiores decepções, ao fim destes.

... a chamada bancada evangélica, (...) se notabilizaria por seu fisiologismo e sua falta de ética. (CAVALCANTI, 2002, p.240)

Autores como Pierucci (1996) e Cavalcanti (2002) ainda que ressaltando a existência de uma ala minoritária progressista protestante, consideram o fisiologismo como uma das principais características daquele grupo. De acordo com Pierucci (1996), os interesses protestantes no espaço da política não eram democráticos, includentes e promotores da igualdade e da justiça social, mas impositivos, discriminatórios, pragmáticos e auto-referenciados. Esse “jeito de ser protestante”, ainda de acordo com este autor, corrobora e fortalece a direita econômica e socialmente conservadora.

O que depreendemos do pensamento deste autor, é que os protestantes foram preconceituosos e nem se preocuparam em disfarçar, praticaram extorção das elites tradicionais e do próprio governo, respondendo ou não ao assédio destas, em nome dos “interesses do povo protestante” e da “obra de Deus”. Restava a este povo ouvir as doutrinações vindas dos púlpitos, balançar afirmativa, frenética e ostensivamente a cabeça em pública e inequívoca manifestação de concordância com seus líderes.

Principalmente cabia a estes participar civicamente com os seus votos, seja no próprio líder ou a quem este indicava. Mas a análise de Pierucci (1996) parece desconsiderar um fato da maior relevância. Estes religiosos políticos ou políticos religiosos, na verdade canalizavam as crenças e as esperanças da grande massa de humildes que os elegeram. Para estes, na sua humildade e em sua grande fé, existe a certeza de que o cristianismo protestante como professado pelo seu líder é a única verdade, seus valores são corretos e representam a vontade genuína de Deus para os homens. Sendo assim, estes homens e mulheres humildes e “tementes” a Deus, depositaram toda sua confiança nos enviados a Brasília. Daí, as pretensões sinceras ou “vitrinais” destes representantes de Deus na política em tentar cumprir o único real compromisso com aqueles que os enviaram: tentar instituir os valores desta minoria a toda coletividade. Portanto, acusar como o faz Antônio Flávio Pierucci (1996) um político protestante de conservador, é contribuir para o seu cabedal político junto às suas bases, é reconhecer e atestar seu ativismo contra os valores mundanos e as “forças do inferno”, um verdadeiro reconhecimento público do seu bom trabalho. Ou seja, o protestantismo é inerentemente conservador.

Já do pensamento de Paul Freston (1994), apesar das duras críticas aos protestantes, especialmente aos constituintes de 1986, podemos extrair uma meia defesa daquele grupo de deputados.

... os pentecostais na Assembléia Nacional Constituinte não foram uma ‘direita ideológica’, mas sim, um ‘centro fisiológico’ (FRESTON,1994,p.82)

Não cremos que isto faça alguma diferença relativamente ao pensamento de Pierucci (1996), pois para o autor, o que importa é o uso dos valores populares conservadores enquanto sustentáculo da ordem política, econômica e social estabelecida. Pois isto dificulta o processo do questionamento, das idéias progressistas, da renovação moral e, conseqüentemente das mudanças políticas garantidoras da vanguarda e tudo que esta possa arrastar no movimento de instauração do novo²¹.

²¹ Dentro da nossa compreensão do pensamento de Pierucci (1996) deve-se entender por “vanguarda e instauração do novo” as potenciais transformações sociais (novos valores e éticas), como por exemplo, uma nova relação com a diferença (caso do respeito à orientação sexual), etc.

Mas o fisiologismo apontado por Paul Freston (1994) faz jus ao comportamento daqueles políticos “religiosos” de 1986. Não se trata de optar por uma ou outra característica. Os protestantes constituintes de 1986 eram fisiológicos e conservadores. Este comportamento conservador não se restringe à Constituinte de 1986, e nem surge com ela. Como vimos com Dantas (1982), lideranças protestantes se encontraram, se identificaram com a ideologia militar, se aperfeiçoaram com os cursos da ESG. Ensinavam dos púlpitos a mansidão, a obediência às autoridades seculares como um preceito bíblico. Convenhamos, isto não é apenas uma conveniência do momento, demonstra um elevado grau de concordância com os pensamentos conservadores.²²

A participação protestante não se encerra com o fim dos trabalhos da constituinte. Eles conseguem sustentar um efetivo no Congresso, ajudam a eleger Fernando Collor de Melo, bem como Fernando Henrique Cardoso – este por dois mandatos consecutivos. Surpreendentemente para alguns, acabaram ajudando a eleger Luiz Inácio Lula da Silva. Resguardadas as particularidades (contexto político) de cada momento, que não cabem ser discutidas aqui, parece claro que a afinidade no campo protestante ainda está para ser construída.

Neste trabalho não discutiremos eleições majoritárias. O nosso interesse é pela presença dos deputados protestantes na Câmara dos Deputados nas legislaturas nos anos 90. Queremos elucidar o que conforma e modela a atuação destes deputados na prática legislativa, bem como perceber se há indícios durante estas legislaturas, de uma clivagem religiosa protestante se expressando politicamente no Brasil.

²² Muito antes de Dantas, Lalive D’elpinay (1970) já chamava atenção para o caráter tradicionalista do pentecostalismo latino-americano.

3 A LÓGICA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL.

Como se sabe, nas democracias prevalece a regra da maioria; é através desta que decisões são tomadas, seja nos processos eleitorais, seja no interior do legislativo. A questão é saber como as maiorias se formam e, tão importante quanto, como se mantêm. Os estudos empreendidos sobre o Congresso norte-americano foram os primeiros a trazer à baila algumas idéias que permitissem entender melhor a lógica por trás dos arranjos institucionais das democracias. As primeiras contribuições surgiram em meados do século XX e defendiam uma inevitável “instabilidade das coalizões”. Ou seja, as maiorias eram necessariamente instáveis. Como as maiorias se formam em torno de propostas (que encarnam interesses), logo a cada nova proposta uma nova maioria pode ser formada desfazendo a anterior. Em princípio, nenhuma maioria seria estável, nenhuma coalizão estaria a salvo do assédio de novas propostas. Acontece que tal suposição, apesar de lógica, não encontrava respaldo na observação empírica. Foi debruçando-se sobre este paradoxo que surgiram modelos explicativos para a estabilidade dos processos legislativos. Estes modelos são muito utilizados como parâmetros para a compreensão do funcionamento das assembleias pelo mundo todo, inclusive no Brasil. Neste capítulo tomaremos contato com alguns destes modelos aplicados ao caso brasileiro, bem como os usaremos como norteadores para entendermos melhor os limites que conformam e fomentam o comportamento dos deputados no parlamento.

3.1 Os teoremas da instabilidade.

Segundo Barry Ames (2003), devemos a Kenneth J. Arrow (1951) a idéia que as instituições que se valem de maiorias simples para tomadas de decisões, inauguram a possibilidade da instabilidade das coalizões majoritárias. Richard D. McKelvey (1976) também segue por este caminho e salienta que possibilidades variadas são próprias dos legislativos. Isto nos remete ao fato de que nos parlamentos, onde por definição decide-se através do instituto da maioria, ou seja, de coalizões majoritárias em torno de possibilidades, a democracia seria a instabilidade gerada pela paralisia decisória ou pela não manutenção das decisões tomadas.

3.2 Os modelos da estabilidade.

Estes modelos surgem da percepção de que o funcionamento dos parlamentos na realidade dista da caótica situação prevista pelos teóricos da instabilidade. Existe ordem nas assembleias e decisões são tomadas com frequência. Decisões que atendem aos interesses em conflito; os quais foram capazes de se organizar e se fazer representar. Portanto, a instabilidade seria apenas uma possibilidade lógica, ainda que os mecanismos capazes de assegurar a estabilidade não sejam necessariamente objetivos e aparentes. A estabilidade dependeria das normas e regras que, trazendo embutidas relações anteriores de poder, regulam o funcionamento dos legislativos, tornando-o efetivo. Sob o manto das regras, a construção e desconstrução da maioria faz parte do jogo político, sem necessariamente conduzir a situações de instabilidade, ainda que, evidentemente, estas possam ocorrer, levando os parlamentos a experimentar situações de paralisia ou efemeridade decisória. Deste modo, a idéia da instabilidade nos parlamentos, que até certo ponto pode ser considerada uma dedução “natural” daqueles primeiros teóricos, cede lugar a legislativos que efetivamente funcionam. Mas funcionam a partir de regras e procedimentos que podem ser muito diferenciados, de forma que o resultado de seu funcionamento difere de um lugar a outro. Parlamentos podem ser mais ou menos representativos, a depender de como são organizados os sistemas eleitorais que os constituem. Ou podem produzir decisões com maior ou menor facilidade, dependendo de como são organizadas suas regras internas de funcionamento. A ciência política contemporânea deu origem a três teorias explicativas sobre o funcionamento daquele que é o mais estudado órgão legislativo das democracias, o Congresso norte-americano: as teorias distributiva, informacional e partidária. (LIMONGI, 1994). Neste trabalho, concentraremos nossa atenção na primeira e na terceira, por serem as que se apresentam como norteadoras do debate atual sobre o Congresso brasileiro.

3.3 A teoria distributiva.

Segundo Nelson Rojas de Carvalho (2003), a matriz teórica distributiva conta com David Mayhew (1974), Morris Fiorina (1989) e Gary C. Jacobson (1992). Para David Mayhew (1974) duas tendências se delineavam sobre o Congresso norte-americano: os partidos estavam se enfraquecendo e a carreira legislativa estava cada vez mais profissionalizada, o que fazia dos deputados individuais, e não dos partidos, as unidades básicas para se

compreender aquele Congresso. Kenneth A Shepsle (1978), Barry R. Weingast e William Marshall (1988), também expoentes desta abordagem, remetem à idéia de que há equilíbrio e racionalidade nos trabalhos desenvolvidos pelas organizações legislativas, e estes respondem aos anseios das bases eleitorais dos representantes. De acordo com Barry Ames (2003), o modelo distributivo é o que melhor explica o funcionamento do Congresso norte-americano. Nos Estados Unidos, prevalece o sistema majoritário com distritos uninominais; cada distrito elege, por maioria simples dos votos, apenas um representante. Este, por sua vez, ainda que possa ter diversos objetivos (produzir boas políticas, almejar altos cargos, adquirir status ou dinheiro, precisa garantir sua sobrevivência política para perseguí-los. Isto faz da reeleição uma espécie de “objetivo-meio” prioritário. Portanto, diz a teoria, não se deve esperar de um legislador que ele assuma atitudes que inviabilizem a continuidade de sua carreira política. Ele procurará canalizar todos os seus esforços no sentido de bem atender as demandas e interesses de sua base, gerando uma postura distributiva que varia de acordo com as preferências específicas de cada distrito. O resultado é a prevalência de uma política de tipo "localista", uma vez que cada parlamentar vai estar voltado para realidades distintas. De acordo com o modelo distributivo, a chave para se entender o funcionamento do Congresso norte-americano está na coerência entre o tipo de “conexão eleitoral”²³ e a maneira como são organizados os trabalhos no interior do legislativo. O Congresso norte-americano, ainda segundo o modelo, seria dotado de mecanismos institucionais capazes de garantir a efetiva realização dos intentos dos representantes eleitos. O núcleo deste arranjo seriam as comissões que, em função das regras que regulam sua formação, seu funcionamento e sua relação com as demais instâncias legislativas, seriam o instrumento por excelência através do qual o representante realizaria o interesse de sua base, pavimentando, desta forma, o caminho de sua reeleição. As comissões permitem ao representante que ele se dedique aos temas que mais interessam na relação com sua base.

²³ O tipo de relação social que existe entre os políticos e os eleitores. Como nos ensinou Max Weber, relações sociais abrigam reciprocidades de expectativas. Portanto, eleitores e políticos esperam algo um do outro.

Mais do que isso, as regras de funcionamento do Congresso dão poderes às comissões no que se refere aos assuntos de sua alçada, dificultando a intervenção de outros atores e fazendo com que, naquele âmbito, os seus membros se transformem em "superlegisladores" ²⁴. A idéia de que o Congresso norte-americano é descentralizado, se deve a esta característica institucional que possibilita ao deputado a realização dos seus interesses de forma direta. A principal contribuição deste modelo é ressaltar que a "conexão eleitoral" é peça fundamental para se entender o comportamento do deputado, bem como o arranjo institucional construído e mantido por este ²⁵. Como se percebe, o Congresso norte-americano é um *hardware* preparado em detalhes para executar o *software* da distribuição para as bases. Ou seja, o Congresso é bem organizado institucionalmente para estar em consonância com o tipo de relação dos representantes com as bases, na busca da melhor realização dos interesses ali representados. Assim, as tendências identificadas por David Mayhew (1974), ao contrário do que poderia sugerir naquele momento (uma disfunção), se revelaram através do estudo de autores que o sucederam, a principal característica do Congresso norte-americano.

²⁴ Para a teoria distributiva as comissões são o lugar da distribuição, da troca, da busca de recursos para serem distribuídos para as bases. Já para a teoria informacional, as comissões representam o lugar onde os temas de política são discutidos por deputados especialistas à exaustão, gerando uma política melhor e capacitando os demais deputados leigos naquele tema a tomar uma melhor decisão no momento de votar. Desta forma, as incertezas quanto aos resultados das políticas diminuem, favorecendo o Congresso de maneira geral e não apenas alguns deputados. Os proponentes da abordagem informacional têm argumentos e evidências empíricas para sustentar que um arranjo institucional que privilegie as comissões, mais do que beneficiar cada deputado individualmente beneficia o Congresso como um todo, na medida em que melhora a qualidade da legislação produzida. Desta forma, o Congresso concorda em garantir o espaço do deputado, em ceder-lhe poder sobre assuntos que lhe interessam, mas sabendo que a instituição como um todo se beneficia deste arranjo.

²⁵ Uma das mais importantes características deste modelo é o exercício do *pork-barrel* ou paroquialismo em detrimento das questões nacionais. Ou seja, prevalecem os interesses específicos sobre os coletivos nacionais.

3.4 A teoria distributiva no Brasil.

Tendo como base a perspectiva de Barry Ames (2003), segundo a qual o sistema eleitoral tem papel fundamental no comportamento e características dos deputados - a famosa “conexão eleitoral” - faremos algumas considerações sobre o caso brasileiro. Como já assinalamos, o sistema norte-americano se caracteriza por um tipo muito específico de conexão: distritos eleitorais que elegem um único deputado pela maioria simples dos votos deste lugar. Crítico ferrenho do sistema eleitoral brasileiro e do tipo de “conexão” estabelecida por este, Ames discorda do instituto da representação proporcional de lista aberta. Neste sistema, cada estado brasileiro²⁶ elege um número de deputados proporcional ao tamanho de sua população, obedecendo ao mínimo de 08 e máximo de 70 deputados. Cabe ressaltar que, na verdade, esta proporção não faz justiça aos estados, ocasionando problemas de sobre e sub-representação. Como se sabe o estado de São Paulo, devido ao limite máximo de representantes permitido, acaba sendo prejudicado enquanto os pequenos estados do norte e nordeste levam vantagem no número de representantes eleitos. O voto do cidadão do norte-nordeste acaba “valendo mais” que o do cidadão paulista. Estados que de acordo com o número de sua população deveriam ter menos que 08 deputados acabam tendo 08, enquanto os que deveriam ter mais que 70 acabam tendo os 70. Logo existe um problema de proporcionalidade na representação do povo brasileiro, devido á maneira como se distribuem as cadeiras entre os estados.

Contudo, o principal problema indicado por Barry Ames (2003) não é a desproporcionalidade, mas o instituto da lista aberta. Neste tipo de sistema, os líderes dos partidos não podem ordenar a lista de candidatos; os eleitores é que os ordenarão ao votarem no candidato de sua preferência: apesar de ser permitido votar apenas no partido, os brasileiros cultivam o hábito de votar nas pessoas, independente do partido ao qual estejam filiados, o que demonstra a dimensão cultural incentivada por este traço institucional.

²⁶ No Brasil o distrito eleitoral coincide com os limites geográficos extensos dos estados.

A conseqüência, segundo este autor, é o enfraquecimento dos partidos devido à personificação dos votos. Os partidos tornam-se dependentes de políticos arregimentadores de votos porque é o número proporcional de votos que garante a este o número de assentos no parlamento²⁷. E o número de assentos no parlamento, pelo mesmo princípio da proporcionalidade, garante acesso diferenciado a recursos políticos. Ainda que não seja o caso de discutir o ponto com mais detalhes, a "solução" para o problema estaria na adoção de um sistema de lista fechada, o que provocaria um imediato fortalecimento dos partidos e de suas lideranças, uma vez que estas antecipadamente às eleições passariam a definir a ordem em que os deputados apareceriam nas listas. Neste tipo de sistema, ocupariam os assentos reservados a cada partido os primeiros colocados na lista até o número permitido pela proporção de votos recebidos na legenda.

Mas independentemente de quaisquer considerações sobre mudanças no sistema eleitoral, a maior contribuição de Barry Ames (2003) para o estudo do comportamento legislativo no Brasil é o desenvolvimento de uma tipologia para ilustrar as possíveis variações na "conexão eleitoral", bem como as variações no comportamento legislativo que daí podem decorrer. É propício elucidar alguns conceitos imprescindíveis antes de continuarmos, pois constituem os princípios a partir dos quais, o autor elabora sua tipologia. De acordo com Ames, é importante saber se um determinado deputado domina sua base eleitoral e como seus votos estão distribuídos espacialmente. A idéia de dominância refere-se à proporção dos votos do deputado no município relativamente ao total de votos válidos. O deputado dominante é aquele cuja proporção é elevada em comparação aos demais candidatos votados no município. A dominância pode ser medida também tendo como unidade o partido ao invés do deputado, neste caso para saber se um partido domina ou não em um determinado lugar. A distribuição espacial dos votos, por sua vez, nos diz o quanto concentrado é o padrão de votação deste ou daquele deputado. Deputados com votação concentrada são aqueles que extraem a grande maioria de seus votos de municípios contíguos.

²⁷ Número de assentos no parlamento proporcional ao número de votos vale tanto para o instituto da "lista aberta" quanto para o da "lista fechada". Só que no segundo caso, os partidos dependem deles próprios.

Como contraponto a esses conceitos temos respectivamente as idéias de compartilhamento e dispersão: a primeira referindo-se a situações nas quais nenhum deputado é capaz de monopolizar a votação em um dado município, e a segunda, à difusão espacial dos votos de um dado político ou partido. De acordo com Ames, o comportamento legislativo dos deputados tende a variar de acordo com a origem e a proporção dos votos recebidos. Articulado os conceitos acima, o autor construiu quatro modelos ou tipos de conexão eleitoral com base na distribuição geográfica dos votos.

O tipo concentrado-dominante de distribuição espacial dos votos é aquele em que o político controla distritos contíguos, ou seja, recebe elevada porcentagem dos votos válidos em cada município de um grupo de municípios geograficamente próximos. Sua base de sustentação política está espacialmente concentrada em alguns municípios que ele domina, de forma que ele não tem concorrentes à altura naquele espaço geográfico no processo eleitoral. A diferença entre sua porcentagem de votos e a dos demais políticos votados em cada um destes municípios é muito significativa. Este tipo costuma ser expressão de “relações tradicionais de empreguismo e clientelismo entre os políticos e eleitores”. (AMES, 2003, p.67). São deputados que conhecem de perto as carências daquela população, geralmente foram vereadores, prefeitos ou deputados estaduais. O tipo concentrado-compartilhado corresponde ao político cuja eleição depende basicamente dos votos conquistados nas capitais ou grandes cidades. Tais locais, devido ao grande contingente eleitoral, costumam contribuir com votações expressivas para vários candidatos, muitas vezes do mesmo partido, nenhum dos quais, evidentemente, capaz de monopolizar a vontade do eleitor. Pelo menos em tese, este tipo de deputado não estaria empenhado em transferir recursos para suas bases – uma vez que teria dificuldades em reivindicar a “paternidade” da iniciativa perante o eleitorado – mas em responder aos anseios ideológicos de um eleitorado mais politizado e com mais opções de nomes e partidos. O tipo disperso-compartilhado corresponde àquele deputado que não domina nenhum "distrito" e cuja eleição depende de “setores” do eleitorado numericamente pouco expressivos em qualquer município, mas presentes em todo o estado ou em uma região deste. O autor exemplifica com os grupos de imigrantes japoneses e os evangélicos ou ainda, aqueles que defendem uma política muito específica, como a pena de morte. São setores que, para eleger um representante, teriam que reunir os votos em uma extensa faixa

geográfica de municípios.²⁸ Finalmente, o tipo disperso-dominante refere-se ao deputado que exerce dominância em municípios não contíguos, espalhados por todo o distrito eleitoral. Para o autor, isto é típico de candidatos cuja trajetória inclui passagem pela administração estadual, o que lhes possibilita acesso a recursos capazes de proporcionar uma base em diversos pontos do estado. Ou ainda, daqueles que dotados de recursos financeiros suficientes para conseguem firmar acordos com os chamados “caciques” políticos regionais, transformando-os em seus cabos eleitorais em troca da promessa de uma posterior transferência de recursos orçamentários para a região. Segundo Barry Ames (2003), o sistema eleitoral norte-americano de um representante por distrito favorece o surgimento de clivagens determinadas pela localidade. No caso do Brasil, a tendência é de que o localismo prevaleça apenas nas regiões onde os deputados dominam os seus “distritos”, estejam estes concentrados ou dispersos espacialmente.

A referência aos eleitorados dispersos, dentre os quais os protestantes devem ser incluídos, permite fazer aqui uma consideração. No Brasil, a clivagem religiosa nunca adquiriu uma expressão política que resultasse na constituição de partidos específicos. Poder-se-ia especular, se a tal emergência de um eleitorado protestante criaria, pela primeira vez, as condições para que tal fato viesse a ocorrer. Parece claro, retomando a discussão feita no capítulo anterior, que para que isto de fato viesse a ocorrer seria necessária uma liderança nacional capaz de coordenar uma ação partidária, o que esbarra na pulverização geográfica e principalmente teológica deste segmento.

Por outro lado, levando-se em consideração justamente esta “fragmentação protestante”, é possível dizer que o sistema proporcional de lista aberta facilitou a emergência das “bancadas” protestantes, uma vez que se trata de um sistema extremamente poroso, aberto, e que permite que um grupo lastreado por eleitores numericamente expressivos, mas dispersos, chegue ao parlamento. Graças ao sistema eleitoral brasileiro os protestantes não tiveram que arcar com o custo de construir um partido.

²⁸ O número de evangélicos em geral tem crescido em todo o país. Acreditamos que sua maior dificuldade é organizar uma ação cívica conjunta e evitar o tradicional “racha” do seu contingente, o que acaba os tornando instrumentalizáveis. Se forem contados município por município não são tão significativos, a força que apresentam está no conjunto, na soma geral.

Resta saber, é claro, se os deputados protestantes serão bem sucedidos ao tentarem se articular no interior de um legislativo aonde chegam sem uma pauta de interesses comuns, salvo, quem sabe, a disposição em defender alguns princípios básicos da fé e ética cristã. E, acrescente-se sem um partido forte. Ou seja, o atual sistema ameniza uma distorção (ao permitir a presença no parlamento dos segmentos menos articulados) que ele mesmo ajuda a gerar, porém não lhes garante uma efetividade de suas ações através do fortalecimento destes grupos via partidos. Os parlamentares protestantes conseguiram chegar ao Congresso, mas não em condições de realizarem os interesses plurais das memberships que compõem este segmento. De acordo com Ames (2003), ainda que no Brasil a conexão eleitoral se apresente de forma bem mais complexa do que nos Estados Unidos, a tendência é que o comportamento auto-interessado, individualista e paroquial predomine e caracterize as ações no interior da arena legislativa brasileira. Os deputados, preocupados com o atendimento dos anseios de suas bases e livres da tutela dos partidos, reagiriam ao poder Executivo, no ritmo exato da capacidade e disposição que este teria em bancar a liberação dos recursos orçamentários solicitados. Deste modo, um frágil executivo seria “espoliado” pelo apetite voraz dos deputados preocupados em atender o que imaginam que as bases querem. Para Ames, os presidentes brasileiros estariam muito longe de dominar o processo político, mesmo tendo o que oferecer aos deputados. Da mesma forma, não seria fácil para os líderes partidários garantirem que os seus deputados sigam sua indicação de voto, o que contribuiria para que tivéssemos partidos fracos no interior do Congresso; partidos incapazes de impor disciplina, ou seja, impor algo externo às preferências individuais dos deputados. Em debate com o trabalho de Fernando Limongi e Argelina Cheibub Figueiredo (1999), Barry Ames sugere que o cômputo das votações nominais no plenário da Câmara dos Deputados não seria um indicador da ascendência dos líderes sobre sua bancada, uma vez que estas não seriam capazes de explicitar o grande número de negociações prévias que efetivamente teriam ocorrido antes dos projetos chegarem ao plenário²⁹.

²⁹ Sem dúvida que ao vislumbrarmos as votações nominais não temos acesso às negociações e sim ao momento em que o acordo firmado previamente é posto à prova. Nestas negociações, os presidentes encontram dificuldades na aprovação de suas proposições, e muitas vezes tem o desconsolo de vê-las significativamente alteradas. Contudo, não nos parece que seja uma questão de não dominar o processo político ter suas pretensões iniciais alteradas, pois a democracia pressupõe negociações e eventuais mudanças nos projetos originais.

O autor, portanto, não acredita na força dos partidos e do Executivo, bem como em sua capacidade para obter a cooperação dos deputados. Os deputados cooperam ou desertam, sustenta Ames, em função de uma série de fatores, entre as quais a força do líder não seria a mais importante. Os líderes procurariam seguir os sinais dados pelos membros dos seus partidos e não o contrário. Os líderes agem em função das indicações dos deputados, e estes em função de seus interesses que podem coincidir com o de suas bases. Portanto, na relação com o executivo os deputados prevalecem sobre este e os partidos, exigindo do primeiro o máximo possível para apoiar sua agenda política.

3.5 A teoria partidária.

De acordo com Nelson Rojas de Carvalho (2003), os principais expoentes deste modelo são Gary W. Cox e Mathew Maccubins (1993) e Roderick Kiewiet (1991). De acordo com este modelo são os partidos – mais especificamente o partido majoritário – e não os deputados, ou as comissões de trabalho, a instituição chave para se entender como funciona o legislativo norte- americano. Devido às posições que ocupam na estrutura do poder legislativo, tais organizações seriam capazes de fazer prevalecer os seus interesses, de certa forma neutralizando o impacto da conexão eleitoral sobre a atuação dos congressistas. As duas abordagens coincidem em sua premissa institucionalista, ou seja, o foco da análise deve procurar mostrar como as regras do jogo distribuem o poder dentro do parlamento. Para os autores vinculados à abordagem distributiva, a distribuição de poder favorece aos deputados individualmente, os quais utilizam a estrutura de comissões para perseguir seus objetivos. Para os autores da abordagem partidária, embora as motivações oriundas da legislação eleitoral incentivem o comportamento individualista, a efetivação destas pretensões tem que passar pelo clivo dos partidos, sempre que estes controlam os principais postos no interior do poder legislativo, capacidade que lhes é conferida pelos Regimentos Internos da Câmara e do Senado. Ao contrário do modelo anterior, portanto, a atenção analítica recai não sobre deputados individuais ou comissões, mas sobre os partidos. Obviamente isto não significa que o Congresso não seja considerado em seus aspectos distributivos ou informacionais, apenas que os partidos passam a ser considerados as unidades básicas de análise. São eles os organizadores do processo por serem dotados dos instrumentos necessários ao controle

da agenda e capazes de impedir que as estratégias individualistas dos deputados cheguem a bom termo.

3.6 A teoria partidária no Brasil.

No Brasil, os primeiros autores a aplicarem o modelo partidário para a explicação do funcionamento da Câmara dos Deputados foram Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi (1999). Segundo estes autores, os partidos brasileiros não são indisciplinados como durante muito tempo sugeriu a literatura, e isso poderia ser comprovado através de uma análise do processo de votações no Congresso Nacional. A tendência, no comportamento parlamentar brasileiro, seria a dos deputados seguirem os líderes dos seus respectivos partidos, muitas vezes apenas referendando o acordado por eles no Colégio de Líderes.

Qualquer deputado pode apresentar uma emenda em defesa dos interesses de sua clientela e contrária aos interesses gerais do partido. No entanto, as chances de que essa emenda seja aprovada são mínimas. Em geral, o destino da emenda é decidido pelos líderes da maioria. Cabe ao plenário ratificar essa decisão por votação simbólica. (FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999, p.10)

Ao contrário do legislativo norte-americano, dizem os autores, o brasileiro é muito centralizado³⁰, e é a partir dos partidos que o poder é organizado e distribuído internamente. Os partidos majoritários ocupam posições estratégicas para induzir o ritmo e o comportamento necessário ao desenvolvimento dos seus interesses. Neste contexto, o deputado, ainda que incentivado por sua “conexão eleitoral”, não possui os recursos necessários para conseguir realizar seus intentos políticos. Os líderes partidários, ao contrário do que pensa Barry Ames (2003), não são agentes dos deputados face ao Executivo, antes pelo contrário, são agentes do segundo frente aos primeiros. Como esta organização não é favorável a estratégias e interesses individualistas, o deputado para conseguir recursos tem que cooperar. Controlar a agenda como já mostramos, significa a capacidade de determinar quais propostas serão consideradas, e quando o serão, o que acaba sendo uma prerrogativa do Executivo. Um dos mais importantes traços do arranjo institucional brasileiro segundo os autores acima mencionados, são os poderes legislativos do presidente da República.

³⁰ O que caracteriza a centralização é o fato de que as demandas individualizadas não tem vazão, ou se tem, o tem de forma muito restrita para aqueles que cooperam.

É a partir deste traço que a centralização no interior do Congresso ganha sua real dimensão. Dizendo de outra forma, a centralização dos trabalhos nas mãos dos líderes é uma espécie de “complemento funcional” da concentração no Executivo, ainda de acordo com Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi (1999). O poder de iniciar anualmente a legislação sobre o orçamento, definindo o montante dos gastos previstos; solicitar urgência na apreciação de matérias de seu interesse; vetar iniciativas do Legislativo e, principalmente, editar medidas provisórias que tem força de lei e entram em vigor no ato de sua publicação, são alguns dos mais notáveis dentre as democracias contemporâneas. Os presidentes também controlam o acesso aos cargos públicos de primeiro, segundo e terceiro escalões.

Os trabalhos até então publicados asseveravam que os partidos brasileiros eram indisciplinados, com pouca ou nenhuma capacidade de ser um interlocutor dos seus eleitores junto à esfera decisória. Nada mais que instrumentos nas mãos de políticos orientados pela lógica vinda da arena eleitoral caracterizada pelo individualismo e o particularismo. Na opinião dos autores, esta visão não resiste a uma análise mais cuidadosa dos trabalhos na Câmara dos Deputados e, em especial do quadro fornecido pelas votações nominais na quais, nitidamente, prevalece um comportamento disciplinado, o que torna as votações no plenário da Câmara previsíveis e, portanto, longe das previsões caóticas e da instabilidade imaginada pelos primeiros teóricos e pelos críticos do sistema político brasileiro. Votações nominais ocorrem em matérias cujo consenso é mais difícil, as questões são mais polêmicas e os deputados são obrigados a se expor perante o eleitor, declarando sua posição; elas seriam, portanto, uma boa indicação do poder dos líderes. Na Câmara dos Deputados, o poder dos líderes é reconhecido pelo Regimento Interno que os considera "agentes perfeitos" de suas bancadas. Os líderes participam ainda, pelo menos os líderes de partidos com mais de seis deputados, do Colégio de Líderes, uma instância de coordenação dos trabalhos legislativos dotados de prerrogativas no que se refere à organização da pauta e tramitação dos trabalhos.

Para Figueiredo e Limongi, o equívoco analítico da literatura especializada consistiu em se projetar para a arena parlamentar os efeitos centrífugos e atomizadores, oriundos da arena eleitoral, desconsiderando-se o efeito bloqueador

das estruturas internas da casa [...] percebe-se que as normas que regulam a distribuição de direitos e recursos parlamentares estão na raiz de um padrão altamente centralizado de organização congressual [...] O monopólio do poder de agenda por um número reduzido de instâncias, como lideranças partidárias, o colégio de líderes e a mesa (além, obviamente, do presidente da República) vedam ao deputado individual acesso às arenas decisórias que seriam capazes de assegurar a implementação de políticas de cunho distributivista". (CARVALHO,2003,p.46-47)

O Colégio de Líderes é onde a maioria das decisões relativas à pauta³¹ e a indicação de voto são tomadas. A assinatura de um líder, o seu aval ou não a determinada proposta “equivale” ao posicionamento de todos os deputados daquele partido. Ou seja, os liderados acompanharão o líder e este tem que ser capaz de garantir que isto ocorra para assegurar credibilidade nas negociações com o Executivo. Um bom exemplo de instrumento regimental bastante utilizado é o “requerimento de urgência”. Através deste, os líderes podem retirar determinada matéria da apreciação da comissão e encaminhá-la ao plenário para que seja apreciada, limitando assim a apresentação de emendas por parte dos deputados. Como podemos perceber, as comissões no Brasil são menos valorizadas institucionalmente se compararmos com as dos Estados Unidos. Naquele país o particularismo é uma característica forte no legislativo e as comissões o seu terreno privilegiado. A diferença entre o caso brasileiro e dos Estados Unidos está em que lá as comissões são protegidas pela legislação; líderes não retiram deputados de comissões como também não retiram projetos. No Brasil, todo este arcabouço institucional possibilita a formação e a manutenção das maiorias governistas. A força do Executivo é comprovada pela análise do que é decidido no Congresso, de como se dá a relação entre estes, como o Congresso trata dos interesses do Executivo. A governabilidade é assegurada dentro desse arranjo institucional onde os partidos controlam os deputados (ainda que parcialmente³²) e são controlados pelo Executivo.

³¹ A pauta é definida pela Mesa, ouvido o Colégio de Líderes.

³² Se por um lado o governo não tem o apoio incondicional das bancadas partidárias aliadas, por outro os deputados brasileiros não representam um obstáculo opaco, absoluto e intransponível às pretensões do Executivo.

A disciplina detectada no parlamento possui também uma base na proximidade ideológica dos deputados. Esta afirmação pode causar alguma estranheza, uma vez que é comum associar-se aos partidos brasileiros a imagem de rótulos vazios, sem qualquer consistência programática ou ideológica. Acreditamos que a despeito de quaisquer interesses individuais relativos à “conexão eleitoral”, é razoável esperar que deputados de um mesmo partido possuam algum grau de afinidade ideológica. De acordo com Figueiredo e Limongi (1999) é possível, analisando-se os encaminhamentos dos líderes e os posicionamentos das bancadas na Câmara dos Deputados, distribuir os partidos brasileiros em um contínuo esquerda/direita. Tal posição havia sido anteriormente expressa por Kinzo (1993), em seu estudo sobre os trabalhos constituintes. Portanto, companheiros de partido tem afinidade de posicionamentos, ao contrário do que se imaginavam, estes não são meras legendas que agrupam pessoas díspares.

No cenário congressual brasileiro, é portanto produtivo, para os deputados, se reunirem em partidos, de modo a coordenarem suas ações, negociarem, estabelecerem acordos ou fazer ameaças, com vistas a viabilizar os seus interesses e os de suas bases. Mas este processo de articulação não se realiza de modo totalmente alheio à questão ideológica.

3.7 Aparando as arestas.

A literatura nos apresenta visões distintas quanto ao comportamento dos deputados no legislativo brasileiro. Embora não tenhamos a intenção de desenvolver o argumento de Nelson Rojas de Carvalho (2003), como tentamos fazer com os demais autores mencionados anteriormente, buscaremos marcar o que consideramos sua contribuição para a discussão em curso. Sobretudo, porque se trata de uma abordagem contemporizadora dos posicionamentos teóricos abordados anteriormente.

Nelson Rojas de Carvalho (2003) defende que na realidade o comportamento dos deputados pode ser explicado a partir das duas teorias anteriores. Sua contribuição segue no sentido da formação de uma terceira possibilidade teórica que reúne aspectos das duas primeiras, embora não seja a simples soma destas. Por um lado prevalece a idéia da “conexão eleitoral” como fomentadora e motivadora de atitude, por outro, as barreiras institucionais internas ao legislativo são aceitas como elementos capazes de domesticar, controlar, as “pulsões” dos deputados. O autor, a partir da percepção de que é possível a

convergência dos princípios aventados pelos modelos distributivo e partidário, busca mostrar a existência de uma pluralidade comportamental no parlamento brasileiro.

Numa das principais considerações em relação à abordagem distributiva de Barry Ames (2003) sobre o Brasil, Carvalho questiona onde foram parar os demais tipos da elaborada tipologia daquele autor, ao se pensar sobre a dimensão interna do legislativo brasileiro. Se a tipologia proposta por Ames tem sentido, ou seja, se a “conexão eleitoral” no Brasil dá origem a diversos tipos de relação representado/representante não deveria existir no Congresso brasileiro uma prevalência e uma exclusividade do deputado do tipo auto-interessado e egoísta. O que se deveria observar seria uma pluralidade de comportamentos, de forma que seria no mínimo apressado tentar caracterizar o legislativo brasileiro a partir de um único tipo de conexão eleitoral.

... o caráter multifacetado da conexão eleitoral em nosso país produz sinais ora na direção do paroquialismo, ora no sentido do universalismo legislativo [...] deputados com base de votação dominante, de um lado, e não-dominante de outro se vêem orientados, respectivamente, na direção da lógica do localismo e do universalismo [...] representantes com base nas capitais se mostram mais voltados ao universalismo; representantes egressos do interior, ao localismo. (CARVALHO, 2003, p.28)

Da arena eleitoral são enviados incentivos ao particularismo e ao universalismo, e ambos encontram-se ativos no Congresso brasileiro e não apenas o primeiro. Portanto, não é coerente generalizar o particularismo como única motivação e identidade dos nossos parlamentares.

Nelson Rojas de Carvalho (2003) concorda com Figueiredo e Limongi (1999) quanto à orientação ideológico-partidária dos deputados como norteadora do seu comportamento.

... sobre o próprio funcionamento do sistema político no Brasil: no lugar de um aglomerado de siglas abrigando representantes marcados pelo comportamento errático e infenso a orientações ideológicas comuns, identificou-se que os partidos no momento da votação em plenário não só atuavam de forma coesa, mas também se situavam diante dos temas tratados seguindo orientações ideológicas bastante nítidas. (CARVALHO, 2003, p.147)

Em boa medida, isto demonstra que os partidos não são apenas “albergues” para os deputados.³³ Esta constatação denota a existência de ordem, compromisso, mas sobretudo de condições institucionais para tanto.

³³ Em certo sentido, o que ocorre no governo Lula subverte esta lógica, pois partidos como PP e PTB votam com o PT e não com o PFL.

Interessante notar que quanto mais se desloca no espectro ideológico sentido esquerda-direita mais o deputado se sente pessoalmente dono do mandato. Ou seja,

“... constata-se a elevação do coeficiente de personalização do voto entre os partidos de centro e centro-direita e a diminuição desse percentual entre os partidos de esquerda”.(CARVALHO, 2003, p.149).

Esta percepção do deputado reforça a idéia de que os partidos mais à esquerda se ocupam e se preocupam em posicionar frente aos grandes temas da política nacional, enquanto os mais à direita se preocupam em não interromper o fluxo de recursos para suas bases, porém o próprio autor em questão admite a existência de deputados da esquerda com motivações paroquiais e vice-versa. De uma maneira ou de outra, a idéia é que os partidos brasileiros, assim como os dos Estados Unidos tem identidade própria. Lá o partido Republicano é sabidamente mais orientado para questões militares e da política externa, enquanto o Democrata é mais sensível às questões internas e sociais. Enfim, os partidos brasileiros independentemente se são ou não “dominados” pelo Executivo, contam como orientadores do comportamento dos deputados.

Ao nosso ver, uma das mais importantes contribuições de Carvalho (2003), refere-se aos instrumentos institucionais usados para o exercício de cada um dos comportamentos possíveis. Esta é uma percepção que não deixa dúvida quanto à inventividade e a percepção dos deputados brasileiros na busca da satisfação dos seus interesses (estabelecidos em função do tipo de conexão eleitoral dispersa ou concentrada). Diante da relativa dificuldade em se alterar algum elemento do arranjo institucional, os parlamentares procuram alternativas dentro do estabelecido, para realizarem seus interesses. Tomemos como exemplo o instituto do “projeto de lei”. Ao contrário do que o senso-comum possa imaginar, este é usado não para transferir recursos políticos para as bases, mas para que o eleitorado visualize o posicionamento do deputado diante de algum tema da política. Ou seja, serve para marcar publicamente posições políticas. Em um Congresso centralizado como o nosso, onde o deputado não influencia no que vai ser votado e nem como vai ser votado (como vimos, os líderes respondem por isso), são poucos os deputados que conseguem aprovar os projetos de sua autoria³⁴.

³⁴ Segundo Octávio Amorim Neto e Fabiano Santos (2002), dos 2024 deputados pesquisados, cerca de 174 conseguiram aprovar projetos na Câmara dos Deputados.

Sendo assim, os projetos servem mesmo para marcar posição, inclusive sendo dispensável que cheguem ao plenário, e muitos realmente não chegam. Salvaguardadas algumas votações em que se obriga “votação nominal”, como por exemplo, as das PEC’S (Projetos de Emenda à Constituição), as demais só serão por este instituto se algum líder solicitar, e este o faz ou deixa de fazê-lo baseado nos custos políticos infringidos ao seu partido ou a algum partido adversário³⁵. O instituto do “requerimento de informação”, que serve para cobrar responsabilidade do Executivo em algumas questões, também é utilizado para marcar posição política. Já para o exercício do particularismo, existem caminhos institucionais mais apropriados, como por exemplo, o “decreto legislativo” e as “emendas ao orçamento” como teremos oportunidade de ver apontado nos trabalhos mencionados abaixo. Resumindo, a prática legislativa dos deputados brasileiros que informou os diferentes estudiosos do Congresso nos últimos anos, revela uma indissociabilidade lógica entre o comportamento fomentado pelos tipos de “conexão eleitoral” e as possibilidades ofertadas pelo arranjo institucional pós-88. Ou seja, os deputados têm incentivos e interesses externos ao parlamento, porém tentam equacioná-los dentro das possibilidades dadas pelo arranjo institucional.

Portanto, é significativo que a teoria consiga dimensionar e aferir melhor o encontro dos tipos de “conexão eleitoral” com as instituições centralizadoras do nosso Congresso, para só assim dizer o que é ser parlamentar no Congresso brasileiro.

Para tentar exemplificar melhor o que acabamos de discorrer, nos apoiaremos no texto de Octávio Amorim Neto e Fabiano Santos (2002). Estes autores tipificaram as leis produzidas no Brasil em cinco categorias de acordo com os critérios de abrangência e assunto.

³⁵ A votação em plenário pode representar um problema para o deputado, sempre que a votação incidir sobre assuntos que ocasionem perdas para setores do eleitorado, como no caso da reforma da Previdência. Portanto, algumas vezes, seria melhor para o deputado uma votação simbólica ou até secreta. No “jogo político” muitas vezes os deputados são obrigados a ir a votação nominal (solicitada por algum líder adversário) em alguma matéria de difícil posicionamento público, em virtude da sua “conexão eleitoral” e do posicionamento ideológico do seu partido, etc.

Quanto à abrangência a iniciativa de lei pode ser individual, local, regional, setorial e nacional. Quanto ao assunto, foram classificadas em administrativa, econômica, homenagem, orçamentária, política, social, cultural-científica-tecnológica e ecológica.

Uma lei é considerada de abrangência individual se ela beneficia apenas um ou poucos indivíduos [...] É de abrangência local uma lei que dê benefícios específicos a um ou alguns municípios, mas não a todos os municípios de um estado, região ou da nação. Tem abrangência regional leis que regulem temas ou transfiram recursos a um ou alguns, mas não a todos, estados ou a uma ou algumas, mas não a todas, regiões do país. [...] abrangência setorial se regula ou beneficia um determinado setor da economia nacional ou ramo de atividade profissional [...] leis de abrangência nacional aquelas que regulem assuntos que afetem indiscriminadamente o conjunto de cidadãos do país ou de regiões, estados e municípios. (AMORIM NETO E SANTOS, 2002, p.96)

Segundo os autores, o paroquialismo no legislativo brasileiro não é verificado nos “projetos de lei” como somos levados a pensar, mas em outros instrumentos institucionais como os “decretos legislativos”. Estes últimos e as “resoluções” são elementos que independem da concordância presidencial. “Os decretos tratam de matérias de competência exclusiva do Poder Legislativo, enquanto as resoluções tratam de matérias de competência exclusiva da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal”. (AMORIM NETO E SANTOS, 2002, p.119-20).

Uma das matérias de competência exclusiva do Poder Legislativo que gerou muitas controvérsias em relação aos protestantes³⁶, tendo sido, inclusive, a motivação inicial para este trabalho, é a que se encontra registrada no inciso XII do artigo 49 da Constituição Federal de 1988: “apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissora de rádio e televisão”.(AMORIM NETO E SANTOS, 2002p. 120). Como podemos perceber, o paroquialismo desenvolve e descobre caminhos alternativos que tentam contornar os obstáculos colocados pela centralização dos trabalhos legislativos nas mãos dos líderes e pelo enorme poder legislativo do Executivo. Os decretos legislativos são peças fundamentais e multifuncionais para os deputados, assim como as “Medidas Provisórias” para o Executivo, embora os decretos não funcionem como estas no sentido de coagir o presidente. Ao contrário dos projetos de lei, os decretos privilegiam a dimensão local e menos a nacional, especialmente em relação ao tipo econômico/local, como é o caso das “concessões” citadas anteriormente.

A tendência central deste tipo de norma é, pois, contemplar questões locais [...] as que giram em torno do acesso aos meios de comunicação nos municípios [...] é plausível propor que o esforço dos deputados federais em alcançar as localidades onde têm votos não se desenvolve mediante a produção de leis, mas, sim, por meio da aprovação de decretos [...] os incentivos eleitorais paroquiais se manifestam na produção legislativa dos deputados federais através da distribuição de direitos para explorar serviços de rádio e televisão, cujo procedimento legislativo pertinente é o decreto legislativo da Câmara dos Deputados. (AMORIM NETO E SANTOS, 2002, p.127-28)

Os deputados dispõem de caminhos institucionais que permitem a prática do paroquialismo, aliás, os protestantes não foram os únicos a se beneficiarem das tais concessões de rádio e tv. Em termos de produção de leis, o Executivo domina a cena. Em linhas gerais, segundo estes autores, as leis produzidas por iniciativa do Congresso brasileiro se caracterizam pela abrangência nacional e o caráter social, embora não exista um programa de políticas públicas para alterar o *status quo* do país em termos econômicos e sociais. Enfim, tanto para estes autores, como para Nelson Rojas de Carvalho (2003), existe espaço no Congresso para suas demandas “individuais”, ainda que não seja aquela que imaginamos ser. É evidente que nos Estados Unidos existe maior coerência entre o tipo de “conexão eleitoral” e o arranjo institucional. No Brasil, “incoerência aparente” entre o ambiente legislativo centralizado e a individualização eleitoral, como bem destaca Carvalho (2003), não se traduz em entrave, em contraposição ou instabilidade sistêmica. O nosso arranjo é considerado um “minotauro institucional³⁷” porque no Congresso, ao contrário da arena eleitoral, prevalece a centralização, prevalecem os interesses do Executivo e dos líderes e não os deste ou daquele grupo e muito menos os deste ou daquele parlamentar.

³⁶ Muitos trabalhos discutem as negociações envolvendo os deputados evangélicos e as concessões de emissoras de rádio e tv durante a constituinte de 1986. Robison Cavalcanti, Luiz Flávio Pierucci, Reginaldo Prandi e Paul Freston, são alguns dos autores que melhor retratam este momento.

³⁷ Embora não seja o criador da expressão, Nelson Rojas de Carvalho usa esta imagem caricatural para demonstrar que no Brasil este arranjo político tem a cabeça britânica (um parlamento centralizado, com partidos disciplinados e agenda monopolizada pelo executivo) e o corpo eleitoral norte-americano (voto pessoal, individualização e atomização do processo político).

3.8 A formação dos grupos de interesse no Brasil: realidade ou possibilidade?

Como vimos, o Congresso norte-americano é caracterizado pelo particularismo. O comportamento distributivo é, por definição, um comportamento que se preocupa antes de tudo com a defesa da "paróquia". Ou seja, funciona na base da transferência de recursos para localidades específicas em detrimento da coletividade. No plano institucional, prevalece a organização voltada para atender as motivações próprias do tipo único de "conexão eleitoral" vigente. Já o Congresso brasileiro não pode ser caracterizado pelo particularismo, pois o universalismo também se faz presente em função da existência de outros tipos de "conexão eleitoral". Logo, a expressão "grupo de interesse" que em si mesma denota a presença do particularismo, assume formas diferentes nestes dois países. Segundo Barry Ames (2003) os "grupos de interesses" nos Estados Unidos são bem aceitos e constituem uma peça importante na engrenagem institucional legislativa. São formados por deputados que podem representar interesses diferentes e simultâneos, e o fazem através de um grau de formalização, organização e profissionalismo muito grande. O tipo de "conexão eleitoral" firmada nos Estados Unidos permite que interesses específicos e diferentes, atrelados a vários segmentos sociais dentro do distrito político de origem do deputado, sejam representados por este.

Analisando o caso brasileiro, o autor acredita que as linhas e contornos partidários são facilmente transpostos pelo interesse individual de cada deputado, seja por grupos de parlamentares que se formam em torno de temas comuns. Desta forma, poder-se-ia esperar que os grupos de interesse terminassem por fazer o que seria uma atribuição dos partidos – organizar os trabalhos no interior dos legislativos. Tal perspectiva, como se sabe, é contestada por Figueiredo e Limongi (1999), para quem os partidos são fortes, disciplinados e coesos, o que lhes possibilita estruturar os trabalhos legislativos e conformar as maiorias que o poder Executivo necessita para tocar sua agenda. Se isso for verdade, a questão é saber se existe a possibilidade da atuação de "grupos de interesses" em um legislativo controlado por partidos. Somos levados a acreditar que a existência dos "grupos de interesses" procura burlar o imperativo da realização dos interesses do Executivo através dos partidos em detrimento, muitas vezes, mas nem sempre, dos interesses pessoais diretos ou das bases dos deputados. Como vimos, no Congresso norte-americano os "grupos de interesse" encontram uma razão de ser, um ambiente

institucional preparado para a sua atuação. No Brasil estes são uma possibilidade estratégica de junção de forças dos deputados individuais não reconhecidas pelo Regimento Interno e que tentam, desta maneira, resolver o problema do isolamento do deputado individual.

Levando-se em consideração que o eleitor comum desconhece como funciona o sistema eleitoral e as nuances institucionais do poder legislativo no Brasil, podemos pensar que estes acreditam que basta se fazerem representar em maior número possível no parlamento, para que suas demandas sejam encaminhadas e bem sucedidas (o tal do “irmão vota em irmão” no meio protestante)³⁸. Entretanto, a expressividade numérica não resiste à força dos procedimentos previstos no Regimento Interno, uma vez que estes submetem o processo aos partidos. Retomando o que disse Nelson Rojas de Carvalho (2003) sobre a impossibilidade do simples exercício do particularismo, bem como, por outro lado, da conformação de uma barreira absolutamente eficaz e contrária aos incentivos vindos das bases, podemos imaginar que a formação dos “grupos de interesse” no Brasil é possível, porém não com a mesma facilidade e naturalidade como nos Estados Unidos. Todavia, não devemos cometer o engano de pensar que os “grupos de interesse” submetem os partidos. Os primeiros são tanto quanto os “decretos legislativos” (tratados anteriormente) um caminho alternativo, um poro, uma possibilidade real para o exercício do particularismo em meio a um arranjo institucional que centraliza o poder nas mãos do Executivo.

Partindo-se da premissa de que o Legislativo brasileiro é controlado por partidos, temos que os protestantes, assim como os demais deputados, dependem destes se quiserem cumprir seus mandatos, ou seja, realizar os interesses e as motivações daqueles que os conduziram até o parlamento. Os protestantes têm conseguido chegar ao legislativo brasileiro por partidos diversos, os quais não tem orientação religiosa como prioridade. Ao contrário do que ocorre em outros países, como Itália, Alemanha, Bélgica ou o Chile, no Brasil não existem partidos de orientação religiosa³⁹.

³⁸ Não queremos com isto dizer, que grupos maiores não tenham mais força potencial, apenas que o tamanho em si mesmo, não garante a força política do grupo.

³⁹ Nem mesmo os partidos que tem o termo “cristão” em seus nomes podem ser considerados partidos religiosos. Não dispõem de programa definido de orientação cristã, nem aglutinam ou canalizam os mandatos dos deputados protestantes e nem possuem uma base de eleitores “cativos”.

Desta forma, os partidos que abrigam os deputados protestantes não se sentem, e de fato não são, responsáveis pela realização da agenda protestante. Portanto, não existe nenhuma garantia de que estes interesses possam se realizar. Diante desta situação, em tese, os deputados protestantes têm três alternativas: formar um partido, capturar um partido ou se articular como “bancada” transversal aos partidos.

A alternativa de formar um partido protestante é uma possibilidade que poderia fortalecer este segmento – basta imaginar os 62 deputados protestantes eleitos em 2002 em apenas um partido. Estaríamos diante de um dos maiores partidos na Câmara, o que conferiria a estes deputados um razoável “poder de fogo” no encaminhamento de suas posições e interesses comuns. Entretanto, formar um partido competitivo no Brasil é algo que possui um custo elevado. O exemplo do PT é emblemático: o partido gastou, ao longo de seus 25 anos de existência, uma enorme quantidade de energia para conquistar credibilidade, espaço político, formar um quadro de políticos com identidade própria, enfim, dar “forma” à organização. No cenário partidário brasileiro é mais fácil para os deputados chegarem ao Congresso por um partido dentre os muitos disponíveis do que “pagar o preço” desta empreitada. Parte desta dificuldade advém também do fato de que é difícil convencer o eleitor a fazer uma opção partidária em um país onde tradicionalmente o voto é personalizado⁴⁰. Aprender a votar em partidos é algo que exige compromisso, coerência, transparência e fidelidade ideológica, enfim, um nível de previsibilidade partidária que gere segurança nos eleitores que se identificam com sua proposta. Levando-se em conta o perfil do eleitorado protestante, majoritariamente de baixa renda e nível de instrução, este processo se revelaria ainda mais complicado.

⁴⁰ O PT, de certa forma, conseguiu romper com esta limitação cultural do “voto pessoal” incentivada pelo sistema eleitoral brasileiro. Talvez devido às suas características de partido de massa, de origem no movimento operário no final dos anos 70, bem como pela formação de uma militância (com muitos jovens) ao longo de sua trajetória, sobretudo no final dos anos 80 (1989), ocasião em que a esquerda encabeçada pelo PT parecia que assumiria a chefia do Estado brasileiro.

A outra alternativa seria "capturar" um partido, migrando para uma determinada legenda de forma a transformá-la em um canalizador das propostas e interesses protestantes. Desta forma, estes deputados não seriam onerados com os custos da fundação de um partido. Mas, novamente, não seria fácil orquestrar esta transferência basicamente por dois motivos. Primeiro, porque seria necessária uma coordenação, o que, como vimos, é algo que não existe, não apenas no plano estritamente político, mas no que se refere aos protestantes enquanto categoria genérica. O segundo motivo, refere-se à força da dinâmica regional na política brasileira. Partidos que, em alguns estados, podem ser extremamente úteis no que se refere à carreira política dos deputados, podem deixar de sê-lo em outras unidades da federação. Um partido que é forte num estado pode ser "inoperante" em outro. Ou ainda, a transferência de determinado deputado para um outro partido, pode encontrar resistência de inimigos políticos regionais, que obviamente não vão gostar de tê-lo como companheiro de legenda. Seja como for, a transferência de partido em certos casos poderia configurar uma espécie de suicídio político, comprometendo aquele que, sem dúvida alguma, é o objetivo número um de qualquer deputado individualmente: a reeleição. Enfim, a estratégia de "tomar de assalto" um partido também se mostra problemática.

Resta examinarmos a alternativa de se articular como um grupo de interesses, como uma "bancada" transversal aos partidos. Mas se Figueiredo e Limongi (1999) estão corretos, tal alternativa também tende a gerar resultados não muito bons. Tentar realizar, no interior do Congresso Nacional, os interesses individuais dos deputados de maneira transversal aos partidos, geram conflitos com as estratégias estabelecidas por estes últimos. Em outras palavras, o movimento de transfixar os partidos via "bancadas de interesse" esbarra no poder partidário no interior do legislativo. O choque de interesses é desfavorável a tais "bancadas" pois os partidos têm melhores condições institucionais para realizar os seus objetivos em detrimento de quaisquer outros. Contudo, existem "bancadas e bancadas" ou "interesses e interesses". Senão vejamos. Tomemos como exemplo à "bancada" ruralista. A idéia corrente é a de que esta submete os partidos com sua força. Nada mais estranho num Congresso centralizado como o brasileiro. Para realizar seus interesses, os deputados ruralistas não precisam "fundar" ou "capturar" um partido, porque a questão fundiária também interessa a muitos partidos. Ou seja, a "bancada" ruralista não é forte porque enfrenta e submete os partidos, mas porque seus interesses são coincidentes com alguns destes. Partidos

como PFL, PP (ex-PPB e ex-PDS), PTB, entre outros, tem inegável identidade com o tema da “terra” e sua ordem historicamente conservadora. Um dos pontos coincidentes, por exemplo, é o exercício da chefia eleitoral por parte destes deputados. É muito importante para esses partidos que os deputados exerçam o chamado “poder local”. A contrapartida fica por conta da questão religiosa uma vez que, como já foi dito, este tipo de clivagem não assume caráter estratégico para nenhum dos grandes ou médios partidos nacionais. Ponderando-se o contexto em que atuam os deputados protestantes, é possível supor que esta última alternativa seja a mais razoável. O que não significa que sua realização seja simples.

No próximo capítulo, tomaremos os deputados protestantes eleitos entre 1986 e 1998 como objeto de um estudo preliminar. Tal estudo, além de fornecer informações sobre como se deu à atuação deste setor no interior da Câmara dos Deputados, pretende contribuir para verificar em que medida tais estratégias foram perseguidas pelos seus líderes.

4 OS PROTESTANTES NO PARLAMENTO BRASILEIRO.

Como se sabe, os eleitores, mesmo aqueles que se mostram atentos à vida política, costumam esbarrar no fato de que lhes falta informação necessária quando desejam acompanhar a atuação de seus deputados. Tal circunstância muitas vezes os impede de realizar uma análise adequada do desempenho de seus representantes. Os deputados, em consequência, se sentirão mais livres quanto mais perceberem esta dificuldade do eleitor. A presença protestante no parlamento brasileiro, bem como as relações que se estabelecem entre tais deputados e suas bases, requer um estudo mais profundo para que seja melhor caracterizada, o que foge as pretensões deste trabalho. Os dados disponíveis não nos permitem tecer maiores considerações ou considerações muito conclusivas sobre o assunto, mas não deixam de indicar por onde caminham estes deputados. Neste capítulo, buscaremos identificar alguns aspectos básicos desta presença, cientes de que passados dezessete anos de sua estréia no Congresso, a bancada protestante ainda chama a atenção da sociedade brasileira e, até com mais razão, ainda gera expectativas no eleitorado protestante. Nas próximas páginas, examinaremos, sob alguns aspectos, o perfil dos deputados protestantes eleitos para as legislaturas compreendidas entre os anos 1987 e 2003. Neste período, temos quatro legislaturas: 1987-1991 (Assembléia Nacional Constituinte), 1991-1995 (Congresso Revisor), 1995-1999 e 1999-2003.

4.1 A experiência política protestante no período.

Desde o período da Constituinte, 165 deputados protestantes exerceram um mandato na Câmara dos Deputados. O primeiro aspecto que merece ser observado é quanto à experiência prévia destes deputados protestantes. De modo geral, os deputados protestantes que não exerceram um mandato prévio como deputado federal atingem 56.4% do total de deputados do período estudado, contra 43.6% dos que já o haviam feito. É o que demonstra os dados agregados na tabela abaixo. Como se percebe, o número de novatos é alto sem que, no entanto, destoe de forma significativa dos padrões observados para o conjunto dos deputados eleitos para a Câmara ao longo do período 1987/2003. Baseando em dados coletados por Melo (2004), levando-se em conta o conjunto dos deputados eleitos, o percentual de novatos é de 47,8%.

Tabela 1
Número de Mandatos dos deputados protestantes na Câmara dos Deputados
(1987/2003).

	Frequência
1º Mandato	93 (56.4%)
Mais de um mandato	72 (43.6%)
Total	165 (100.0%)

Fonte: Anexo 1.

Numa análise comparativa das legislaturas podemos perceber melhor esta medida da experiência dos deputados. A legislatura referente à Assembléia Nacional Constituinte (1987-91) registra o mais alto índice de deputados em sua primeira legislatura como deputado federal, o que seria de se esperar uma vez que foi neste momento que a “bancada” surgiu no Congresso. Como o número de deputados protestantes tem aumentado legislatura após legislatura, a taxa em torno de 50 e 60% de deputados inexperientes nas duas últimas legislaturas, que também são as mais numerosas (com 39 e 59 deputados respectivamente), indica uma progressão, uma procura constante da carreira como deputado federal. Ou seja, pessoas do meio protestante estão cada vez mais sendo atraídas para a Câmara dos Deputados. Esta é uma informação significativa, pois historicamente este segmento social foi marcado pelo ascetismo e sectarismo, bem como pelo unilateralismo de suas idéias voltadas para suas comunidades de fiéis e seguidores. A busca pelo caminho do parlamento, da democracia, da negociação em torno de idéias, da flexibilidade, pode ser interpretada como um avanço para a sociedade e principalmente para este segmento acostumado não ter suas posições contestadas em seu próprio meio, a não ter que barganhar e conseqüentemente, ceder.

Tabela 2
Número de Mandatos na Câmara dos Deputados por Legislatura.

Legislaturas	1987-91	1991-95	1995-99	1999-03	Total
1º Mandato	24 (72.7%)	13 (38.2%)	21 (53.8%)	35 (59.3%)	93
Mais de um mandato	09 (27.3%)	21 (61.8%)	18 (46.2%)	24 (40.7%)	72
Total	33 (100.0%)	34 (100.0%)	39 (100.0%)	59 (100.0%)	165

Fonte: Melo (2004).

O número de deputados com mais de um mandato em cada legislatura é um indicador da taxa de reeleição entre os representantes de origem protestante. Como se pode perceber pela tabela 3, eles se reelegeram com mais facilidade que o conjunto dos deputados, registrando-se uma pequena desvantagem na legislatura 1995/99. Isto significa que estes deputados podem estar se beneficiando de um eleitorado que tende a ser fiel, independentemente de saber se efetivamente o mandato foi bom ou ruim. Este relativo sucesso nas reeleições somado à atração exercida pelo mandato de deputado federal sobre os protestantes políticos “de primeira viagem”, responde pelo crescimento da “bancada” na última legislatura analisada.

Tabela 3

Taxa de Reeleição Líquida* dos Deputados por Legislatura.

	1991/95	1995/99	1999/03
Total de Deputados**	62,4%	69,9%	71,6%
Deputados Protestantes	77,8%	66,7%	88,9%

Fonte: Anexo 1 e Melo (2004).

* A taxa de reeleição líquida, considera apenas os candidatos que de fato se recandidataram ao mesmo cargo ao final da legislatura. A taxa de reeleição bruta considera o conjunto dos deputados (os que também não se recandidataram).

** Estes dados se referem ao conjunto dos deputados (incluindo os próprios protestantes). A experiência prévia dos deputados pode ser avaliada levando-se em conta não apenas a sua trajetória na Câmara dos Deputados, mas o conjunto de sua carreira política. Como revela a tabela 4, é grande a porcentagem daqueles que chegam à Câmara dos Deputados sem nenhuma experiência política, ou sem terem exercido nenhum cargo público anterior ao mandato examinado. Na referida tabela, os deputados estão classificados de acordo com a experiência política prévia, tenha esta se dado no poder executivo ou legislativo, nas esferas municipal, estadual ou federal. Os dados mostram que 23,6% dos deputados protestantes tiveram alguma experiência política anterior ao exercício do mandato como deputado federal, contra 76,4% que começaram sua carreira na Câmara dos Deputados.

Tabela 4
Experiência Política Prévia dos Deputados Protestantes

Experiência Prévia	Frequência
Nenhuma	55 (34.2%)
Legislativo Municipal	12 (7.5%)
Legislativo Estadual	19 (11.8%)
Legislativo Federal	68 (42.2%)
Executivo Municipal	02 (1.2%)
Executivo Estadual	05 (3.1%)
Total	161* (100.0%)

Fonte: Anexo 1. Para 04 deputados não temos registros.

Ao compararmos as legislaturas, com o auxílio da tabela 5, podemos perceber que na legislatura da Constituinte (1987-91) é muito elevado o número de deputados sem qualquer tipo de experiência política anterior (51.5%). Já no Congresso Revisor (1991-95) o número de deputados protestantes passa de 33 para 34 e a experiência prévia como deputado federal salta para 65.6% contra os 27.3% da legislatura passada, o que demonstra que houve uma considerável taxa de permanência dos protestantes naquela ocasião. A julgar pelo passado político dos protestantes, poderíamos imaginar que estes se retirariam da cena política ao final do momento constituinte, mas não foi isso que ocorreu. Os protestantes têm mantido e até aumentado seu efetivo na Câmara dos Deputados. Mas ao aumento do efetivo não parece corresponder uma mudança significativa na trajetória dos deputados que chegam à Câmara. O número dos sem experiência diminuiu ao longo das legislaturas, mas devido ao fato de que muitos se reelegeram. O percentual dos que possuem experiência no poder executivo, municipal e estadual não aumenta. Já o percentual dos passam pelo legislativo estadual, cresce em 1995/99 (18.4%), mas em 1999/03, volta ao mesmo nível de antes. Isso significa que não se está diante de uma tendência. No caso da experiência legislativa municipal, ela aumenta na última legislatura (12.1%), o que também é pouco para indicar uma tendência. Ou seja, não é possível dizer que a tendência de carreiras se iniciarem no plano federal esteja mudando. O plano federal continua sendo o principal caminho introdutório dos protestantes na política brasileira. É digno de registro, ainda, que na legislatura 1999/2003, ao aumento do efetivo da “bancada” correspondeu um aumento do crescimento percentual daqueles que não possuem nenhuma experiência política prévia – trata-se da primeira legislatura na qual o

número de "calouros" na política é superior ao número de deputados com mandato federal prévio.

Tabela 5
Experiência Política Prévia por Legislatura (%)

Legislaturas	1987-91	1991-95	1995-99	1999-03
Nenhuma	51.5	15.6	28.9	37.9
Legislativo Municipal	6.1	3.1	5.3	12.1
Legislativo Estadual	9.1	9.4	18.4	10.3
Legislativo Federal	30.3	65.6	42.1	36.2
Executivo Municipal	-	-	2.6	1.7
Executivo Estadual	3.0	6.3	2.6	1.7
Total	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Anexo 1

Interessante ressaltar que na Constituinte os 30.3% de políticos protestantes com experiência prévia como deputados federais, geralmente foram deputados durante o regime militar ou na distensão promovida pelo general João Batista Figueiredo nos idos de 79 e 80-83. Não tinham grande experiência no executivo, embora alguns deles tivessem sido secretários estaduais e municipais. Em sua maioria eram pessoas muito próximas ao regime de exceção: daqueles que na Constituinte estavam iniciando outro mandato como deputado federal, 62.5% eram oriundos da ARENA/PDS e apenas 37.5 % chegavam vindos do MDB/PMDB. Contudo, apesar do índice de renovação dos mandatos ser elevado também entre os protestantes, estes tem acumulado uma experiência política democrática significativa ao longo desses 17 anos de parlamento. Também é verdade que as expectativas criadas em torno desses políticos levam em grande parte à decepção com sua atuação. Em parte tanto a decepção dos eleitores quanto à dos próprios políticos se dá em função do desconhecimento do que de fato ocorre dentro do parlamento. Os deputados quando chegam a este pela primeira vez não demoram muito para perceber que precisam “se virar” se quiserem não “passar em branco”. Entre perceber a situação em que se encontram, ou seja, que existe distribuição diferenciada do poder dentro do parlamento, que a palavra de ordem é a negociação, que existem interesses variados e melhor representados; e conseguir uma posição melhor que propicie tudo isso, existe uma grande distância. Isto se torna mais dramático para pessoas que estão acostumadas a não terem suas autoridades questionadas – caso dos líderes religiosos em suas igrejas. Logo, quanto

mais tempo, quanto mais mandatos, mais este e qualquer outro político tende a conhecer os meandros desta atividade. Como sabemos, o partido é o elemento importante na conformação da distribuição interna do poder, pois este possibilita, entre outras coisas, as participações em comissões, na composição da mesa, etc. Não basta passar muito tempo dentro da Câmara dos Deputados, é preciso buscar melhores posições, bem como caminhos alternativos para se atingir objetivos e realizar interesses. Isso nos leva a considerar os vínculos partidários dos deputados que aqui estão sendo estudados.

4.2 Os deputados protestantes e seus partidos.

O portal de entrada dos protestantes para a política tem sido os grandes partidos. Como mostra a tabela 6, os partidos que mais concentraram os deputados protestantes ao longo deste período foram o PMDB e o PFL, vindo a seguir o PPB, o PTB e o PDT. Poucos deputados protestantes chegaram à Câmara por meio dos pequenos partidos.

Tabela 6

Partido de Origem dos Deputados Protestantes por Legislatura (%)

Partidos	1987-91	1991-95	1995-99	1999-03	TOTAL
PPR/PDS/PPB	-	8.8	12.8	16.9	10.9
PDT	12.1	8.8	2.6	10.2	8.5
PT	6.1	2.9	2.6	5.1	4.2
PTB	6.1	14.7	5.1	10.2	9.1
PMDB	45.5	20.6	25.6	15.3	24.8
PDC	3.0	2.9	-	-	1.2
PL	-	-	-	6.8	2.4
PFL	27.3	26.5	23.1	25.4	25.5
PTR	-	5.9	-	-	1.2
PMN	-	-	2.6	-	0.6
PRN	-	5.9	-	-	1.2
PP	-	-	20.5	-	4.8
PSD	-	-	2.6	-	0.6
PSDB	-	2.9	2.6	5.1	3.0
PRONA	-	-	-	5.1	1.8
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Anexo 1.

Na Constituinte (1987/91) o PMDB concentrou 45.5% dos deputados protestantes, contra 27.3% do PFL. De certa forma, tal fato reflete o sucesso do partido à frente da campanha pela redemocratização do país bem como a histórica oposição ao regime militar, ainda

como MDB. Tanto o PT quanto o PDT ainda eram partidos novos e embora tivessem participado ativamente do movimento “Diretas Já” e apresentassem proximidade com segmentos da igreja católica e movimentos sociais de base, não tinham a mesma força. Desse modo, o PMDB acabou se tornando uma das grandes portas para uma nova era da política nacional e abrigou políticos com variadas tendências.

Como vimos no capítulo 2, os partidos devem ser levados em consideração na democracia principalmente por dois motivos: primeiro porque a lógica interna ao parlamento é pautada pelos partidos. Um deputado tem mais ou menos acesso a recursos políticos que outros, dependendo do partido em que se encontra e da posição deste em relação ao executivo. Segundo, porque os partidos brasileiros não são meras siglas destituídas de sentido como muitos imaginam. Os deputados de um determinado partido têm realmente afinidades ideológicas com este ou no mínimo com o campo ideológico do qual este faz parte. No Brasil às vezes é mais interessante distinguir grupos de partidos ideologicamente orientados do que proceder a diferenças pontuais entre todos os partidos. Ao compararmos as legislaturas em questão podemos observar como passado o primeiro momento no parlamento, os deputados protestantes migraram em grande número para o pólo direito do espectro ideológico. O PMDB e os partidos de esquerda (PDT e PT) se esvaziaram dos protestantes, enquanto o PFL sustentou um grau de preferência invejável entre estes. “Coincidentemente”, é no último mandato de Fernando Henrique Cardoso, ocasião em que a esquerda representada pelo PT em aliança com o PL (este último cada vez mais reduto de uma parcela de políticos protestantes), experimenta um fortalecimento e chances reais de vitória, que o percentual de deputados protestantes nos partidos de esquerda volta a crescer. Queremos com isso dizer, que os deputados protestantes como os demais, sabem fazer cálculos políticos, embora no geral, não existam dúvidas quanto a sua opção ideológica pela direita.

Assim sendo, as tabelas abaixo nos ajudarão a discordar de Paul Freston (1994), para quem, “os protestantes não são uma direita ideológica, embora sejam fisiológicos”. Ainda que admitamos esta possibilidade, podemos dizer que eles ao longo desses dezessete anos aprenderam a ser uma direita ideológica. Na verdade, a resposta “definitiva” a este respeito somente será possível daqui a alguns anos, supondo que a esquerda se mantenha por um longo período, na chefia do estado brasileiro. Isto porque,

se os protestantes forem apenas fisiológicos, não suportarão ficar na oposição (se é que estão) por muito mais tempo. Também existe a possibilidade de se aglutinarem em apenas um partido como o PL, por exemplo.

Tabela 7
Ideologia do Partido de Origem dos deputados protestantes por Legislatura (%)

	1987-91	1991-95	1995-99	1999-03	Total
Esquerda	18.2	11.8	5.1	15.3	12.7
Centro	45.5	23.5	30.8	20.3	28.5
Direita	36.4	64.7	64.1	64.4	58.8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Anexo 1 e Melo (2004).

A tabela acima ilustra bem a distribuição ideológica geral dos protestantes no período estudado com base na classificação⁴¹ dos partidos de origem, ou seja, no instante zero da nossa observação. Somente com base nesses dados, já poderíamos afirmar a preferência partidária-ideológica dos protestantes. Porém, ao analisarmos as mudanças de partidos operadas por esses políticos, ao longo de todo o período, podemos perceber, que o processo migratório reafirma a opção claramente majoritária pelos partidos de direita. Como se sabe, a migração partidária no atual período democrático é muito intensa. “A mudança de partido passou a ocorrer em larga escala no Brasil, a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº25, de maio de 1985 que, entre outras coisas, aboliu o instituto da fidelidade partidária [criado pelos militares em 1967]” (MELO, 2000, p.5). Ainda segundo este autor, as mudanças registradas nas legislaturas dos anos 80, teriam sido conseqüências de um intenso processo de acomodação da elite política entre os partidos, passado o período totalitário. Já nos anos 90 as mudanças partidárias teriam passado a seguir, ainda de acordo com o autor acima, “uma lógica interna à competição político-eleitoral”. Ou seja, as migrações passam a se concentrar no primeiro e no terceiro ano de cada legislatura.

⁴¹ Os principais partidos se distribuem no espectro ideológico da seguinte forma: esquerda (PDT, PT, PSB), centro (PMDB, PSDB, PMN) e de direita (PFL, PL, PDC, PTB, PTR, PRN, PDS/PPR/PPB, PSD, PP, PRONA).

No primeiro ano de mandato o deputado migra visando um melhor posicionamento no interior do Congresso, tendo em vista a correlação de forças estabelecida pela eleição imediatamente. No terceiro, a migração obedece à necessidade de firmar posições visando à renovação da própria Câmara dos Deputados.

Na tabela 8 estão apresentados os dados de migração partidária para o período compreendido entre 1987 e 2003, fazendo-se a distinção entre o grupo dos deputados protestantes e o demais. Merece destaque o fato de que os protestantes migram mais do que os demais deputados: entre o grupo dos protestantes o percentual de migrantes é de 41.3%, enquanto entre os demais deputados o índice é de 27,2% (640 migrações em 2282 deputados titulares e suplentes). Contudo, não podemos afirmar se todo este movimento migratório é em função apenas de um fisiologismo, ou também, de uma adequação ideológica.

Tabela 8
Número de Deputados, titulares e suplentes, que Mudam de Partido por Legislatura.*

Tipo de deputado	LEGISLATURA							
	1987/1991		1991/1995		1995/1999		1999/2003	
	<i>Protest..</i>	Não Protest.	Protest.	Não Protest.	Protest.	Não Protest.	Protest.	Não Protest.
Migrante	14 (42.4%)	140 (26.5%)	11 (32.3%)	189 (32.2%)	09 (25.0%)	158 (27.0%)	33 (55.9%)	133 (22.7%)
Não migrante	19 (57.5%)	387 (73.4%)	23 (67.6%)	397 (67.7%)	27 (75.0%)	427 (72.9%)	26 (44.1%)	451 (77.2%)
Total	33 (100.0%)	527 (100.0%)	34 (100.0%)	586 (100.0%)	36 (100.0%)	585 (100.0%)	59 (100.0%)	584 (100.0%)

Fonte: com base em Melo 2004.

* Os dados desta tabela referem-se a deputados titulares e suplentes. Não encontramos registros para 03 deputados (razão da diferença no número total de deputados protestantes observados: 162 e não 165). A variação em relação à tabela 9 no que se refere ao número total de mudanças partidárias (67 e não 64) também é devido à questão da suplência.

Os dados mostram que se os demais deputados não tem muito apreço pelos partidos, os protestantes tem menos ainda. No geral, ao compararmos as legislaturas, os não-

protestantes mantém uma regularidade nos níveis de migração partidária. Já os protestantes, quando muito se aproximam dos demais deputados nas legislaturas intermediárias (entre 1991/95 e 1995/99), mas não migram menos que o conjunto da Câmara. Chamam a atenção entre os protestantes, os altos níveis de migração nas pontas do espectro avaliado (1987/91 e 1999/03).

Dentre os 64 deputados protestantes que mudaram de partido, 62,5% haviam sido eleitos por partidos de direita. Depois de computadas as migrações, o percentual de deputados protestantes nos partidos de direita havia subido para 79,7% (51 em 64). É o que podemos observar na tabela 9.

Tabela 9

Campo Ideológico de Destino dos Deputados Protestantes que mudaram de partido no Período 1987/2003.

Campo ideológico de origem	Campo ideológico de destino			Total
	Esquerda	Centro	direita	
Esquerda	02	00	07	09
Centro	01	03	11	15
Direita	00	07	33	40
Total	03	10	51	64*

Fonte: Anexo 1 e Melo 2004.

* Não encontramos registros para 03 deputados, provavelmente suplentes.

No período estudado, 12 deputados começaram como legisladores federais em partidos de esquerda e não mudaram de partido. O mesmo vale para 32 deputados eleitos pelos partidos do centro e 57 deputados eleitos pelos partidos de direita. Considerando a migração dos deputados protestantes sob o aspecto ideológico, podemos perceber que nenhum deputado deixa a direita rumo à esquerda, assim como não deixam a esquerda rumo ao centro. A maioria das mudanças ocorrem realmente dos partidos da direita para outros da própria direita, bem como aqueles que deixam a esquerda e o centro, e numa pirotecnia ideológica, pelo menos no primeiro caso, vão terminar em partidos de direita. Sem dúvida, os deputados protestantes que mudam de partido buscam se alojar em partidos da direita. Ou seja, além do expressivo número de deputados que iniciaram em partidos da direita e lá permaneceram, dentre os partidos que mais receberam políticos

migrantes, estão justamente os da direita. Uma autêntica peregrinação rumo à direita ideológica.

Um aspecto da vida parlamentar que está imbricada com o partido em que os deputados se encontram, bem como da posição deste em relação ao governo, é o acesso ou não aos recursos políticos em cada legislatura. A participação na composição da Mesa Diretora, na Presidência das comissões, ou no Colégio de Líderes depende, em grande medida, do partido em que se encontra o deputado e, mais ainda, de sua força no interior deste. O fato é que, na Câmara dos Deputados, os recursos de poder encontram-se distribuídos de forma desigual entre os deputados. Segundo Melo (2004, p.15), podemos considerar que deputados têm acesso a recursos de poder, a partir de seu mandato, se eles conseguem cumprir uma das seguintes condições: 1) participar da Mesa Diretora na condição de titulares; 2) integrar o Colégio de Líderes; 3) presidir alguma das treze Comissões Permanentes da Câmara; 4) compor o Ministério; 5) integrar o secretariado em seu Estado de origem ou em sua capital. Com base neste argumento do autor, classificamos, na tabela 10, os deputados protestantes a depender se eles tiveram ou não acesso a recursos políticos a partir de seu mandato na Câmara.

Tabela 10
Protestantes por Acesso a Recursos Políticos

Condição	Frequência
Com Acesso	26 (15.8 %)
Sem Acesso	139 (84.2 %)
Total	165 (100 %)

Fonte: Anexo 1 e Melo (2004)

Os dados acima indicam que os protestantes fazem parte do grupo de deputados chamados de “baixo clero”. Estes estão distribuídos desfavoravelmente em relação às posições de poder interno do parlamento que possibilitam acesso mais “fácil” aos recursos políticos. Ou seja, dependem muito mais que os do “alto clero” de negociações, flexibilizações, apoios diferenciados, entre outras coisas, para que consigam realizar minimamente seus interesses.

Fato é que apenas 15.8% dos deputados protestantes no período estudado tiveram acesso aos lugares que levam mais diretamente aos disputados recursos políticos.⁴²

⁴² Recursos políticos não devem ser reduzidos apenas a recursos econômicos. É bem mais que isso, como por exemplo a possibilidade de engavetar uma proposta, alterar um ponto da agenda política, etc.

Tabela 11
Protestantes por Acesso a Recursos Políticos por Legislatura (%)

	1987-91	1991-95	1995-99	1999-03
Com Acesso	15.2	11.8	23.1	11.6
Sem Acesso	84.8	88.2	76.9	86.4
Total	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Anexo 1 e Melo (2004)

A tabela 11 permite supor, ainda, que o tempo de permanência dos deputados protestantes na Câmara dos Deputados não parece determinante principal no acesso aos recursos, pois estes deputados desde a legislatura da constituinte (1987/91) até a 51ª legislatura (1999/03), não melhoraram o acesso a recursos por meio de seus mandatos. A situação praticamente se mantém inalterada, talvez a causa mais provável desta inércia seja a distribuição destes deputados por vários partidos, bem como a falta de articulação maior entre eles (o que os nossos dados infelizmente não nos permitem confirmar). Enfim, embora os deputados protestantes sejam em número considerável, falta-lhes identificar e sanar o ponto exato por onde se esvai a sua força potencial, expressa no significativo número de deputados na Câmara.

Na legislatura em curso (2003/07) este contingente cresceu ainda mais, chegando a 62 deputados, algo nada desprezível. Restaria indagar se estando, na atual legislatura, na oposição (ressalvando os bispos do PL), os protestantes teriam ainda maior dificuldade em acessar os recursos de poder na Câmara e por isso, confirmando a tese já citada de Paul Freston (1994), assumiriam de vez o fisiologismo e peregrinariam no caminho inverso, rumo aos partidos de esquerda, ou ainda, adotariam a estratégia de migrar para o PL (ou outro partido capaz de firmar alianças com os partidos de esquerda).

Uma breve mirada na atual situação das mudanças partidárias na 52ª legislatura (2003/07)⁴³, sintetizadas na tabela 12, permitirá algumas considerações significativas.

⁴³ Site da Câmara dos Deputados, informações atualizadas em 23 de Junho de 2004.

Tabela 12

Migrações Partidárias dos Deputados Protestantes na 52ª Legislatura (2003/07).

Partido de Origem	Nº de Deputados Eleitos por Partidos de Origem.	Número de Deputados por Partidos de Destino.			
		PP (PPB)	PTB	PMDB	PSC
PFL	10 (16.12%)	01	00	00	02
PP (PPB)	05 (8.06%)	00	00	01	01
PTB	12 (19.35%)	00	00	01	01
PL	13 (20.96%)	00	01	00	00
PMDB	04 (6.45%)	00	00	00	00
PSDB	02 (3.22%)	00	00	00	00
PDT	02 (3.22%)	00	00	00	00
PT	04 (6.44%)	00	00	00	00
PPS	01(1.61%)	00	00	00	00
PSB	09 (14.51%)	00	00	03	02
TOTAL	62 (100.0%)*	01	01	05	06

Fonte: Anexo 1.

* A diferença de 0.6% refere-se a arredondamento.

Quanto aos partidos de origem destes deputados (ou seja, pelos quais foram eleitos para a atual legislatura), percebe-se que o PL e o PTB, seguidos pelo PFL e o PSB foram os preferidos dos protestantes. O PMDB outrora uma das melhores opções para este segmento, elege apenas 6.45% do contingente dos protestantes. Do ponto-de-vista ideológico, 64.51% elegeram-se pela direita, 9.67% pelo centro e 25.80% pela esquerda. A “surpresa” foi o PSB (um partido de esquerda) iniciar a legislatura aglutinando 14.51% dos deputados protestantes. Tal performance certamente pode ser explicada em função da presença de Anthony Garotinho nas últimas eleições presidenciais. Comparando com os dados da tabela 7, percebe-se que os deputados protestantes mantêm uma presença na ordem de 60.0% no campo ideológico da direita. Já o centro se esvazia, deixando a faixa dos 28.0% para os atuais 9.67%. Enquanto a esquerda, antes na faixa dos 12.0% mais que dobrou seu efetivo, atingindo 25.80%. Os dados sobre migração confirmam uma tendência às mudanças da ordem de 20.96% até o momento – ou seja, 13 dos 62 deputados protestantes não estão mais nas legendas pelas quais foram eleitos⁴⁴.

⁴⁴ Como não se completou o segundo ano da atual legislatura, pode ser que este quadro se altere significativamente.

Como se percebe pela tabela 12, dois partidos aparecem como o destino prioritário dos deputados que migraram: o PMDB e o PSC. Em ambos os casos, o fator determinante para a movimentação foi um só: o deslocamento do ex-governador Anthony Garotinho, que abandonou o PSB. Parte de seus seguidores o acompanhou até o PMDB, que hoje integra a base do governo Lula. Para aqueles que tal alternativa não se mostrava factível, restou o caminho de "capturar" uma pequena legenda de tradição conservadora na Câmara, o PSC.

Desta forma, não é possível dizer que houve uma “debandada” em direção ao governo na atual legislatura. Para alguns tal debandada tampouco seria necessária: é preciso considerar que alguns partidos pelos quais os protestantes foram eleitos, como o PL e o PTB, já compunham a coalizão governista. Por outro lado, mesmo os que migraram para o PMDB, fizeram-no em primeiro lugar obedecendo à liderança de Garotinho.

4.3 Os deputados protestantes e as comissões permanentes.

Como bem apontam os estudos legislativos, as comissões permanentes constituem um importante fórum de formulação e avaliação de políticas. Portanto, também significam um dos caminhos institucionais disponíveis aos deputados para a defesa dos interesses de suas bases eleitorais. Este é, como apontado no capítulo 2, o caminho preferido pelos deputados norte-americanos, os quais tendem a especializar-se em determinados assuntos, participando das comissões que mais diretamente lhes permitem garantir a transferência de recursos e a aprovação de legislação capaz de beneficiar o seu eleitorado. No que se refere aos políticos protestantes, como mostra a tabela 13, prevalece uma certa dispersão na escolha das comissões, sem que se possa apontar uma tendência clara à especialização.

Tabela 13
Tendência à Especialização via Comissões por Legislatura (%)

	1991-95	1995-99	1999-03	Total
Nenhuma – participa de várias comissões.	08 (26.7)	09 (25.7)	41 (70.7)	58 (47.2)
Participa de mais de uma e repete alguma.	13 (43.3)	17 (48.6)	06 (10.3)	36 (29.3)
Participa de apenas uma.	09 (30.0)	09 (25.7)	11 (28.9)	29 (23.6)
Total	30 (100.0)	35 (100.0)	58 (100.0)	123* (100.0)

Fonte: Anexo 1 e baseado em Melo 2004.

* Mesmo excetuando-se os 34 deputados do período constituinte, há um problema: $123+34=156$. Como são 165 no total, estão faltando 09 deputados, pensamos se tratar de suplentes que assumiram por pouquíssimo tempo. Nomes como João de Deus Antunes, Hélio Feltes, Orlando Pacheco e outros, sequer aparecem nas publicações do DIAP consultadas e listadas no anexo 1 ou nas biografias no site da Câmara dos Deputados.

Excetuando-se a legislatura da Constituinte (1987-91) da qual não temos os dados (durante a ANC as comissões permanentes deixaram de funcionar, sendo substituídas pelas comissões próprias do processo constituinte), nos chama a atenção o alto grau de não especialização. A 51ª legislatura (1993/2003) é ilustrativa a este respeito, 70.7% dos deputados protestantes participaram de várias comissões⁴⁵ enquanto nas legislaturas anteriores estes números ficaram na média 26.2%. O número daqueles que teoricamente estariam em busca de alguma especialização via comissões (os que participam de apenas uma) tende a se manter estável, na média 23,6%. Isto nos faz acreditar que genericamente as comissões não são o caminho institucional escolhido por estes deputados para realizarem seus interesses. Comissões como Ciência e Tecnologia costumam concentrar mais protestantes que as demais: entre 1991 e 2003, como mostra a tabela seguinte, 31% da "bancada" esteve por lá. Os protestantes têm um indisfarçável interesse por tudo que envolve os meios de comunicação de massa, assunto que encontra-se sob a jurisdição da referida Comissão. Aliás, foi no empenho para conseguir concessões de rádios e tvs que eles entram definitivamente para a história do país e receberam a comenda de fisiológicos.

⁴⁵ Consideramos que participar de mais de uma comissão e repetir alguma, é menos indicativo de busca de especialização do que participar de apenas uma.

Alguns deputados protestantes são especialistas nesta comissão, como é o caso de Arolde de Oliveira. Deputado federal desde 1983, engenheiro industrial, oficial do Exército, pós-graduado em mecânica quântica, matemática moderna e engenharia econômica, o deputado é uma das poucas exceções tanto em grau de escolaridade⁴⁶ em nível de pós-graduação, quanto no empenho em especialização em comissões. Vinte e três por cento dos protestantes eleitos passaram pela Comissão de Direitos Humanos, a qual, juntamente com a de Seguridade Social e Família – por onde estiveram 14.3% – interessa ao setor por permitir tratar de assuntos relacionados a valores, costumes, ética, entre outros. Na comissão de Educação e Cultura registra-se a passagem de 14.3% dos deputados, talvez em virtude do interesse protestante pela formação dos valores cristãos, já que muitas igrejas possuem escolas cristãs. Já a comissão de Relações Exteriores concentra no período 20.6% dos protestantes, porém o sucesso deles nesta comissão na verdade revela um insucesso. Pois como todo deputado é “obrigado” a participar de comissões por indicação⁴⁷ do líder do seu partido, os protestantes costumam ir para esta que na verdade é uma comissão de menor expressão política. O inverso também nos chama a atenção, as comissões menos procuradas pelos protestantes são a de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado com 2.4% de protestantes, bem como a de Participação Legislativa com 3.2%. Na maioria das comissões o índice de protestantes fica entre 07 e 15%, como nos mostra a tabela abaixo. Na tabela 14 podemos perceber o grau de interesse e especialização dos deputados protestantes. Em cada comissão listada abaixo, pode-se apurar o interesse ou não destes políticos por cada área específica de política pública.

⁴⁶ Muitos deputados protestantes, ao contrário do que se imagina, têm curso superior, poucos com pós-graduação.

⁴⁷ Não confundir indicação com imposição, mas é claro que na indicação o líder não olha apenas o interesse do deputado em questão.

Tabela 14
Participação dos Deputados Protestantes nas Comissões Permanentes.

Comissão	Total de deputados que participam entre 1991 e 2003*	
	N	%
Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional	10	7.9
Ciência e tecnologia, Comunicação e Informática.	39	31.0
Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	14	11.1
Constituição, Justiça e Cidadania	17	13.5
Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio	12	9.5
Desenvolvimento Urbano	11	8.7
Direitos Humanos e Minorias	29	23.0
Educação e Cultura	18	14.3
Finanças e Tributação	10	7.9
Fiscalização Financeira e Controle	15	11.8
Legislação Participativa	04	3.2
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	19	15.1
Minas e Energia	10	7.9
Relações Exteriores e Defesa Nacional	26	20.6
Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	03	2.4
Seguridade Social e Família	18	14.3
Trabalho, Administração e Serviço Público	17	13.5
Turismo e Desporto	14	11.1
Viação e Transporte	19	15.1

Fonte: Anexo 1.

* cada deputado pode participar de mais de uma comissão, por isso a soma dos percentuais passa de 100%.

4.4 Os protestantes na 51ª Legislatura.

A partir de agora faremos um pequeno levantamento da atuação dos deputados protestantes entre os anos 1999 e 2003. Escolhemos o instrumento do Projeto de Lei como indicador. Os deputados protestantes costumam apresentar projetos com temas muito variados, contudo alguns assuntos se tornam recorrentes entre eles. Um dos temas mais abordados é o da proibição de propaganda de bebidas alcoólicas e cigarros, de forma ampla ou em determinados ambientes, como por exemplo, aeronaves. Um dos projetos apresentados propõe retirar a folha de fumo dos símbolos nacionais e substituí-lo por outra planta. A preocupação com o fumo e a bebida é estendida também ao controle de cenas de sexo e violência na tv e o seu equivalente nas rádios. Existem alguns projetos contra o tráfico de entorpecentes e os que prevêm ajuda aos dependentes químicos. Também percebemos projetos que contemplam a liberação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para idosos e pessoas acometidas por doenças graves. Projetos referentes a isenções de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e IR (Imposto de Renda), bem como anistias de dívidas com o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) também se fazem presentes. Surpreendentemente, dois assuntos aparecem com muita freqüência como temas dos projetos dos protestantes: direitos para os deficientes físicos e mudanças no Código Nacional de Trânsito, o que em princípio não teria nenhuma relação com a condição protestante. Alguns projetos são voltados para proteger o interesse mais imediato das igrejas, como o que legisla sobre sons e ruídos nos templos religiosos, assunto que representa um problema muito freqüente na relação entre os crentes e os seus vizinhos não crentes. O objetivo dos projetos deste último tipo é manter as igrejas funcionando sem maiores impedimentos; sua justificativa baseia-se na percepção, difundida pelos líderes, de que os “crentes” são perseguidos pelos “não crentes”⁴⁸. Os projetos que buscam a legalização das rádios comunitárias, a permissão para que estas veiculem temas diversos, promovam debates do interesse político, visam cooptar novos membros, bem como promover carreiras políticas. Projetos como o PL1491/2003 e PL2389/2003, por exemplo, que tentam estabelecer exceção ao Código Civil para as igrejas no sentido de não reconhecer obrigações e direitos mútuos entre membros das igrejas, costumam aparecer.

⁴⁸ Este tipo de “discurso”, muito comum nas igrejas em tempos de eleição, ajuda a captar votos.

Geralmente o deputado protestante costuma produzir projetos de lei sobre assuntos que domina ou tem algum conhecimento, muitas vezes relacionado à sua área profissional. Existem aqueles deputados que dedicam muitos projetos para a sua categoria profissional de origem, pouco ou nenhum aos protestantes.

Como já mencionado no capítulo anterior, os projetos de lei não são os únicos instrumentos institucionais à disposição dos deputados para a realização dos seus interesses. A maioria dos projetos de lei propostos pelos deputados protestantes na legislatura em questão, não foram aprovados e mesmo assim eles não abdicam de propô-los. Acreditamos na idéia da exposição (do “efeito vitrine”) gerada junto às suas bases, o mesmo vale para os discursos proferidos em plenário que são veiculados na mídia em geral, retransmitidos para as rádios locais junto às bases do deputado, ou pelo programa “A Hora do Brasil” em cadeia nacional, etc. Não são todos os deputados protestantes (e muito menos a maioria) que se preocupam com a proposição de projetos de lei, nem como satisfação às suas bases. A próxima tabela nos mostra que 10.7% dos deputados protestantes na 51ª legislatura não apresentam nenhum projeto de lei. Enquanto que 55.3% deles apresentam de um a dez projetos de lei do total de 405 apresentados por estes no período. Acima da casa dos vinte ou trinta projetos são poucos os deputados protestantes que se destacam. Geralmente são os bispos deputados da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus), normalmente alojados no PL (Partido Liberal), que se destacam neste quesito, caso do bispo Rodrigues com 66 projetos de lei.

Tabela 15
Número de Projetos de Lei por Deputado Protestante (1999-2003)

Nº de Projetos	Nº de Deputados
NENHUM	07 (10.7%)
01 a 10	36 (55.3%)
11 a 20	11(16.9%)
21 a 30	04 (6.1%)
31 a 40	04 (6.1%)
41 a 50	02 (3.0%)
51 a 60	00 (0.0%)
61 a 70	01(1.5%)
Total	65* (100.0%)

Fonte: Anexo 1

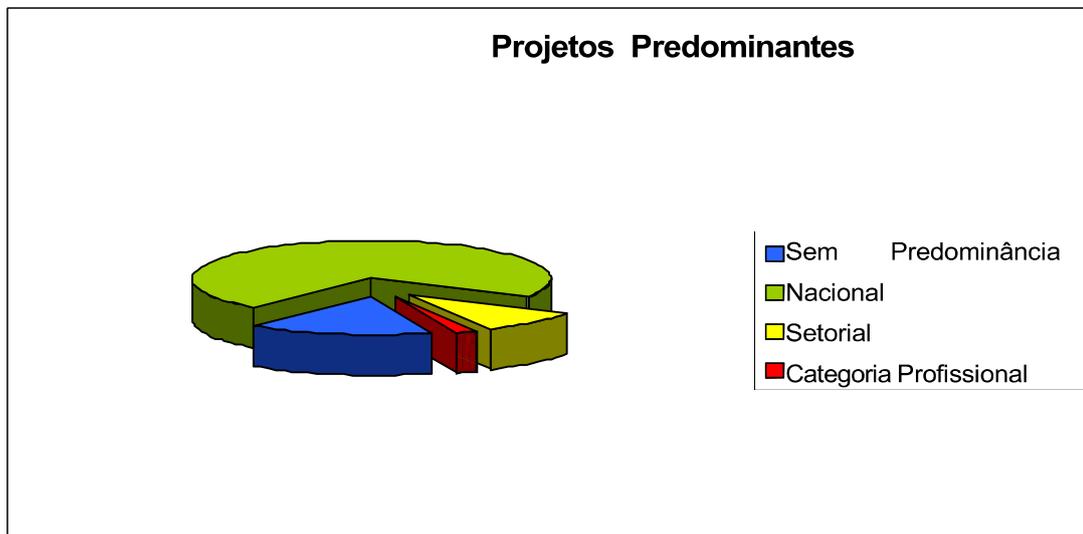
* a diferença em relação ao número oficial de parlamentares na legislatura se deve aos suplentes.

Um aspecto de muita importância é o que se refere à predominância destes projetos de lei quanto à sua abrangência e assunto. A classificação que se segue aproxima-se da proposta pelos autores Fabiano Santos e Octávio Amorim Neto (2002) declinada no capítulo anterior, embora respeitem algumas diferenças em relação àquela. Quanto à abrangência os projetos foram classificados em: nacional, regional, setorial, público protestante, categoria profissional e local. Apenas para lembrarmos, um projeto “nacional” é aquele que pode afetar a vida do conjunto dos cidadãos do país. O “regional” é aquele que interferirá em algumas regiões ou estados do país, mas não em todos. O “setorial” é aquele que afetará um determinado ramo ou setor da economia, ou profissional. O “público protestante” é o voltado especificamente para os fiéis protestantes e/ou suas igrejas. O “categoria profissional” é aquele que contempla a categoria profissional de origem do deputado protestante. E, finalmente, “o local” é aquele projeto voltado para um ou alguns municípios, mas não a todos de um estado ou do país. Como os deputados podem apresentar projetos que se enquadram em mais de um tipo, para a classificação a seguir a abrangência foi definida pela prevalência de um ou outro tipo de projeto para cada deputado do período estudado: se um determinado deputado apresentou sete projetos, sendo quatro nacionais, sua produção legislativa foi classificada como predominantemente nacional. Se imaginarmos o mesmo deputado apresentando três projetos nacionais, três setoriais e um local, sua produção legislativa foi tratada como sem predominância por abrangência, pois não está caracterizada nenhuma tendência.

Quanto ao assunto os projetos foram classificados em: religioso, moral/costumes, social, ecológico/cultural/científico/tecnológico, homenagem, político, econômico/administrativo. O projeto “religioso” é aquele que trata de assuntos do interesse das religiões em geral, e principalmente, dos cristãos protestantes, como por exemplo, o projeto de lei que busca garantir o “livre acesso de autoridades religiosas aos postos de saúde e hospitais”, ou ainda, “dispõe sobre símbolos e imagens religiosos em repartições públicas federais”, etc. O “moral/costumes” é aquele que intenta sob uma aparente preocupação social, infundir valores morais, como por exemplo, o projeto que visa “a proibição da clonagem”, ou o que “proíbe a venda de cigarro em escolas públicas”, ou ainda, “proíbe anúncios para atividades sexuais”, etc. O “social” é aquele que beneficia

a coletividade com direitos, educação, saúde, segurança, etc. O “ecológico/cultural/científico/tecnológico” representa os que dizem respeito à “Amazônia Legal” ou o “que regulamenta a doação de células-tronco da placenta e do cordão umbilical para o tratamento de leucemia e distrofia muscular”, etc. Os projetos de “homenagem” buscam contemplar pessoas, lugares ou elementos religiosos dos protestantes, como por exemplo, o projeto que institui “o dia do evangélico como feriado nacional”, “o dia da Bíblia”, ou o que procura dar o nome de alguma personalidade regional ou nacional, como nome de um trecho de alguma rodovia ou ponte, etc. O “político” é o que trata, sobretudo de assuntos relacionados às eleições. O “econômico/administrativo” refere-se a assuntos federativos, administração do processo judiciário, matéria financeira, juros, e outros, como por exemplo, “dívidas de entidades de utilidade pública junto ao INSS”, “alterações no Código de Trânsito”, ou “isenção de impostos aos pensionistas e aposentados”, etc. O mesmo critério adotado para se definir a predominância ou não pelo aspecto da abrangência, foi utilizado para o aspecto assunto. Ou seja, encontramos deputados com predominância ou sem predominância de assunto. Os gráficos a seguir nos dão a noção agregada do comportamento predominante dos deputados protestantes, enquanto categoria genérica, no que se refere à orientação que prevalece na apresentação dos projetos de lei. O gráfico número 1 indica que prevalecem os projetos orientados para a esfera nacional com 72.0%, sendo que 17.0% desses deputados legislam sem uma predominância de quaisquer das esferas elencadas. Já para 9.0% a preferência recai sobre determinados setores da sociedade, enquanto apenas 2.0% é dirigido à categoria profissional de origem do deputado. Para a categoria “público protestante” sequer aparece registro de algum grau de predominância.

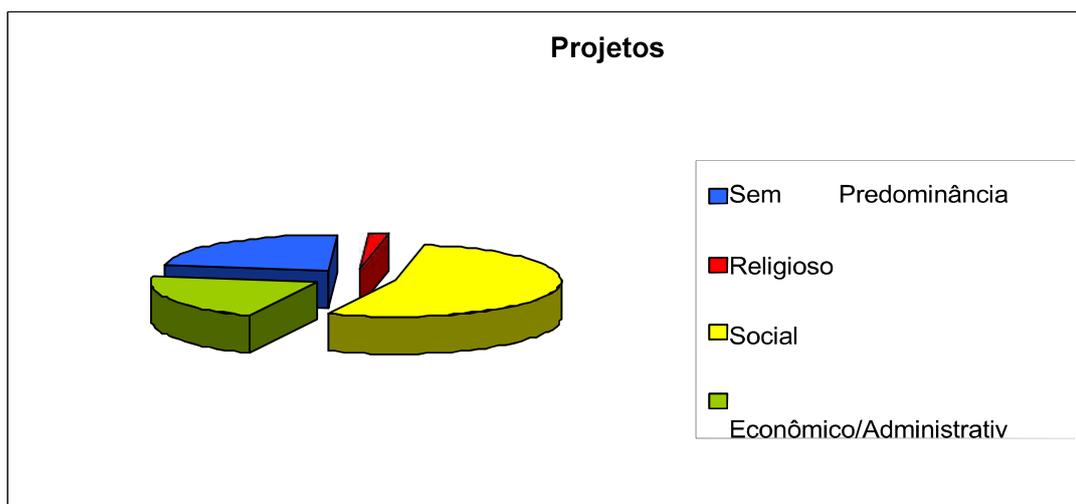
Gráfico 1



Fonte: baseado em informações da Câmara dos Deputados (SILEG -2004).

Isto nos diz, que os deputados protestantes tendem a acompanhar os demais deputados, pois como indicado no capítulo anterior, o Congresso brasileiro produz majoritariamente leis de abrangência nacional e social. Portanto, a condição protestante não os torna agentes preferenciais deste segmento, pelo menos no que se refere à abrangência dos projetos de lei. Também no que se refere ao assunto os protestantes acompanham os demais, como mostra o gráfico número dois.

Gráfico 2



Fonte: baseado em informações da Câmara dos Deputados (SILEG-2004)

Como podemos perceber, 54.0% dos projetos protestantes abordam temas sociais. 23% dos deputados não registram nenhuma predominância enquanto 21,0% investiram seus recursos em projetos de conteúdo econômico/administrativo. Novamente, não se registra uma relação mais direta entre a origem dos deputados e sua atividade legislativa: apenas 2,0% dos projetos apresentados versava sobre assuntos religiosos. Claro que, como assumido por mais de uma vez neste trabalho, o projeto de lei não é o único e nem o principal instrumento institucional à disposição dos deputados. Entretanto, os dados indicam que ser protestante não possibilita uma condição diferenciada daquela imposta pela lógica presente no parlamento, a toda classe política brasileira: deputados individualmente encontram muita dificuldade em fazer valer os seus interesses específicos face ao poder dos partidos. Ou seja, a imagem criada em torno destes políticos nos meios protestantes, na mídia ou entre seus pares na Câmara dos Deputados quando lá chegaram em 1987, não se sustenta⁴⁹. Enfim, a despeito de quaisquer expectativas, inclusive deles próprios, a lógica congressual segue impassível sua rota que privilegia os interesses capazes não de chegar ao Congresso, mas os de dinamizarem os elementos imprescindíveis para sua efetiva realização.

⁴⁹ Entre os demais políticos constituintes, os protestantes se apresentavam como uma força política; para o seu público representa um tipo de “reserva moral”, cujo comportamento e atuação são diferenciados e redentores.

5 CONCLUSÃO.

Segundo a “teoria da secularização”, a modernidade desemboca necessariamente num mundo onde a religião (seja em nível social, seja no plano das consciências individuais) se desintegraria em meio aos interesses, conhecimentos, valores, éticas e projetos humanos.

Ou seja, a religião perderia a importância e o lugar no mundo. Peter Berger (2003⁵⁰), um dos maiores expoentes desta abordagem, num raro exercício de humildade intelectual, em trabalho publicado originalmente em 1999⁵¹, reconhece o equívoco daquela abordagem ao supor a inexorabilidade de um mundo absolutamente secularizado. No referido texto, Berger afirma que a modernização teve alguns efeitos secularizantes que variaram de um lugar para o outro. Na verdade o mundo atual continua tão religioso quanto antigamente “... a contra-secularização é um fenômeno ao menos tão importante no mundo contemporâneo quanto a secularização”. (BERGER, 2001, p.13).

O mundo contemporâneo convive com a “ressurgência” de movimentos e instituições ortodoxas e conservadoras. A presença protestante na Câmara do Deputados no Brasil (embora não sendo resultado de uma estratégia bem sucedida deste segmento em virtude de sua heterogeneidade) é um, entre muitos exemplos, deste fenômeno da dessecularização. Os religiosos continuam potencialmente ativos no mundo moderno. Como costuma afirmar o padre jesuíta e pensador João Batista Libânio em suas palestras: “não existe poder inoperante”. Portanto não devemos esperar um mundo onde as religiões abdicuem de realizar seus interesses e defender suas “verdades”. O fato dos protestantes permanecerem no Congresso Nacional em número e por um tempo considerável, indica que existe uma clivagem religiosa se expressando politicamente no país, ainda que não se deva esperar, como vimos, que tal clivagem gere, um partido propriamente religioso.

⁵⁰ Publicação original: Berger, Peter L. *The sacred canopy: elements of a sociological theory of religion*, by Doubleday & Company, Inc., Nova Iorque, 1969.

⁵¹ “A dessecularização do mundo: uma visão global”. Artigo publicado na revista *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 21 (1): 9-23, 2001. Publicado originalmente em Berger (org.) *Desecularization of the World: Resurgent Religion and World Politics*, 1999 The Ethics and Public Policy Center/ Wm. B. Eerdmans Publishing Company, Grand Rapids, MI, USA.

Este trabalho possibilitou a revelação de algumas particularidades importantes deste grupo de legisladores. Fundamentalmente, parece não haver indícios que permitam dizer que os deputados protestantes possam ser considerados um grupo de legisladores diferenciados do conjunto da Câmara. Tais como seus colegas, os protestantes chegam à Câmara de posse de mandatos nominais, uma vez que, no Brasil é ampla a predominância de um voto personalizado, em detrimento das relações de ordem partidária. No entanto, a se concordar com Figueiredo e Limongi (1999), o Congresso é dominado pelos partidos, que agem baseados na distribuição desigual de poder estabelecida pelo Regimento Interno. Logo, o partido torna-se fundamental à performance do deputado.

Tendo em mente tal situação vimos, no capítulo 2, que os deputados protestantes teriam três alternativas para se colocarem em condições de realizar os interesses de seu eleitorado de forma mais efetiva: a) formar um partido protestante capaz de competir em igualdade de condições com as siglas de grande e médio porte nas eleições legislativas; b) “capturar” um partido no interior da Câmara dos Deputados via migração partidária ou, c) articular-se como um grupo de interesse, como uma “bancada” transversal aos partidos.

Os dados mostrados nesta dissertação indicam que os deputados protestantes não optaram, pelo menos até agora, pelas duas primeiras alternativas. Um partido protestante, ao que se saiba, não faz parte dos planos dos líderes deste segmento, os quais, sabedores dos custos envolvidos na empreitada, preferem apostar nos atuais partidos como um canal de acesso ao sistema político nacional. A segunda opção não foi corroborada pelos dados. Os deputados protestantes mudam de partido, e o fazem com muita frequência, mas de maneira geral tais deslocamentos parecem obedecer a uma lógica individual não se configurando um movimento articulado, pois rumo a um mesmo partido. A exceção, como vimos, foi à migração em direção ao PSC, mas mesmo esta não atingiu grande vulto e esteve vinculada ao deslocamento de Anthony Garotinho e não à escolha de um partido preferencial, por parte dos protestantes, na Câmara dos Deputados.

Restaria aos deputados protestantes a terceira opção que, dadas as circunstâncias, parece ser a mais razoável. Não foi possível verificar de forma mais rigorosa tal possibilidade neste trabalho. Não obstante os dados não parecem indicar que os protestantes estejam investindo neste caminho.

No geral, percebe-se que os deputados protestantes migram mais que os demais, e o fazem buscando se estabelecer em partidos da direita. São menos experientes que o conjunto da Câmara no exercício dos cargos políticos, entretanto esta inexperiência tende a diminuir ao longo das legislaturas estudadas em função das reeleições. A carreira de deputado federal tem atraído muitas pessoas no meio protestante, o que somado às boas taxas de reeleição responde pelo aumento do contingente destes no Congresso. No exercício de suas funções estes deputados não privilegiam as comissões (não tentam se especializar em nenhuma delas) e utilizam o instrumento dos projetos de lei para marcar posições públicas para suas bases, o mesmo acontecendo com os discursos em plenário. Raramente os projetos destes deputados são levados a plenário e quando são não costumam ser aprovados. Seus projetos tendem a acompanhar os dos outros deputados, há uma predominância de projetos voltados para o âmbito nacional e para o tema social.

Numa reflexão final, percebemos que os protestantes (enquanto categoria genérica) se apropriam diferentemente da política, e isso está relacionado tanto às diferentes posições doutrinárias e teológicas quanto à ausência de um “centro de gravidade”, um centro norteador e formador do consenso e planejador das suas ações. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 com o concurso de segmentos protestantes, pode ser sinal que algo está em processo no meio protestante, possivelmente um amadurecimento político, uma elevação do nível de escolaridade e politização. Na ausência de um centro interdenominacional efetivo, uma denominação parece querer assumir este lugar, a neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus. O mais interessante deste processo parece ser a relativização das posições políticas conservadoras no que se refere às alianças político-partidárias, as quais parecem não depender mais exclusivamente das velhas elites. Diante desta renovação de centro-esquerda, mais condizente com as necessidades da nação e da maioria do seu povo, alguns segmentos protestantes parecem querer inovar, talvez “ensaiando” uma das opções possíveis e necessárias para a sobrevivência no Congresso Nacional. Claro que é apenas uma suspeita, que merece ser verificada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo R. M. de. **O cenário religioso nacional**. *Revista Novos Estudos Cebrap* nº48, julho 1997, pp.197 a 201.
- ALVES, Rubem. **O que é religião?** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Vera Pereira. Rio de Janeiro: FVG, 2003, 412p.
- AMORIM NETO, Octávio; SANTOS, Fabiano. **A produção legislativa do congresso: entre a paróquia e a nação**. In: **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Ed. UFMG/IUPERJ/FAPERJ, 2002, p. 91 a 140.
- ANTONIAZZI, A. **Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- AZEVEDO S. J., Marcello de C. **Não-moderno, moderno e pós-moderno**. *Revista de Educação AEC*, ano 22, nº89, out./nov. 1993, pp.19 a 35.
- BERGER, Peter Ludwig. **A dessecularização do mundo: uma visão global**. *Revista Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, vol.21, nº1, 2001, pp.09 a 23.
- BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Luiz Roberto Benedetti e José Carlos Barcellos. 4ª ed. São Paulo: Paulus, 2003, 194p.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada Nova Versão Internacional**. São Paulo: Vida, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Marco Aurélio Nogueira. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, 100p.
- BOURDIEU, Pierre. **Gênese e estrutura do campo religioso**. In: **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987, pp. 27 a 78.
- BRASIL. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. Centro de Documentação e Informação. 5ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.
- CAIRNS, Earle E. **O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã**. Israel Belo de Azevedo. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 1995, 328p.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. **Evangélicos nas eleições de 2002: avanços da igreja universal do reino de Deus**. *Cadernos Adenauer*, ano 4, nº1, 2003, pp. 83 a 99.
- CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 224p.

- CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica.** Viçosa: Ultimato, 2002, 288p.
- DANTAS, Marcos. **Governo se aproxima das igrejas protestantes.** *Tempo e Presença*, nº177, set./out., 1982, p.15.
- DELLA CAVA, Ralph. **Igreja e estado no Brasil do século xx: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916/64.** *Estudos Cebrap*, 12, abril-junho, 1975, pp.05 a 52.
- D'ELPINAY, Christian Lalive. **O refúgio das massas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas.** Belo Horizonte: UFMG, 2000, 264p.
- FERNANDES, Rubem César. **Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política.** Rio de Janeiro, 1998.
- FERNANDES, Rubem César. **O debate entre sociólogos a propósito dos pentecostais.** *Cadernos do Iser* nº6, 1977, pp.49-60.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional.** Rio de Janeiro: FVG, 1999, 232p.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária.** *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 2, 2002, pp. 303 a 344.
- FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético.** Curitiba: Encontro, 1994, 163p.
- FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment.** 1993. 304 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GEORGE, Timothy. **Teologia dos reformadores.** Gérson Dudus e Valéria Fontana. São Paulo: Vida Nova, 2000, 339p.
- LÉONARD, Émile G. **O protestantismo brasileiro.** Linneu de Camargo Schützer. 3ª ed. São Paulo: Aste, 2002, 388p.

LIMONGI, Fernando. **O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente.** *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, nº 37, 1994, p. 3 a 38.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de; SOUZA, Etiane Caloy Bovkalovski de. **Os pentecostais: entre a fé e a política.** *Revista Brasileira de História*, vol.22, nº43, 2002, pp.85 a 105.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. **O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor.** *Revista Novos Estudos Cebrap* nº34, nov.1992, 92 a 106.

MARIANO, Ricardo. **Tipologia das formações pentecostais. In: Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1999.

MARIZ, Cecília Loreto. **Religião e pobreza: uma comparação entre CEB'S e igrejas pentecostais.** *Comunicações do Iser* nº7, 30, 1988, pp.10 a 17.

MERRILL, Eugene H. **História de Israel no antigo testamento: o reino de sacerdotes que Deus colocou entre as nações.** Romell S. Carneiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, 578p.

ORO, Ari Pedro. **Organização eclesial e eficácia política: o caso da igreja universal do reino de Deus.** *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v.3, nº1, junho 2003, pp.97 a 109.

ORO, Ari Pedro. **O outro é o demônio: uma análise sociológica do fundamentalismo.**

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política.** São Paulo: Hucitec, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte.** *Revista Ciências Sociais Hoje*, 1989, pp. 104 a 132.

PRANDI, Reginaldo. **Perto da magia, longe da política: derivações do encantamento no mundo desencantado.** *Revista Novos Estudos Cebrap* nº34, nov. 1992, pp. 81 a 91.

ROLIM, Francisco Cartaxo. (org.) **A religião numa sociedade em transformação.** Petrópolis: Vozes, 1997.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio- religiosa.** Petrópolis: Vozes, 1985.

SANCHIS, Pierre. **A religião dos brasileiros.** *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, número especial, 2003, pp. 16 a 52.

SANTOS, Áureo Bispo dos. **Pentecostalização do protestantismo histórico.**

Cadernos do Iser nº6, março, 1977, pp.21 a 24.

SEIBLITZ, Zélia. **Quando o debate doutrinal vai às urnas.** *Comunicações do Iser* ano 9, nº38, 1990, pp.30 a 42.

SOARES, Mariza Carvalho. **Guerra santa no país do sincretismo.** *Cadernos do Iser* nº23, 1990, pp.75 a 104.

SOUZA, Beatriz Muniz de. **A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo.** São Paulo: Duas Cidades, 1969.

SOUZA, Luiz A. G. de. **Secularização em declínio e potencialidade transformadora do sagrado.** *Revista Eclesiástica Brasileira*, v.46, fasc. 182, junho 1986, pp.384 a 395.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 1967, 233p.

VAUX, R. de. **Instituições de Israel no antigo testamento.** Daniel de Oliveira. São Paulo: Teológica, 2003, 624p.

ANEXO 1 – Fontes Consultadas.

1. CÂMARA DOS DEPUTADOS (1989), *Assembléia Nacional Constituinte* – Repertório Biográfico dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte. Brasília.
2. CÂMARA DOS DEPUTADOS (1991), *Deputados Brasileiros* – Repertório Biográfico dos Membros da Câmara dos Deputados da 49ª Legislatura (1991/1995). Brasília.

ANEXO 1 – Fontes Consultadas.

3. CÂMARA DOS DEPUTADOS (1989), *Assembléia Nacional Constituinte* – Repertório Biográfico dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte. Brasília.
4. CÂMARA DOS DEPUTADOS (1991), *Deputados Brasileiros* – Repertório Biográfico dos Membros da Câmara dos Deputados da 49ª Legislatura (1991/1995). Brasília.
5. CÂMARA DOS DEPUTADOS (1998), *Deputados Brasileiros* – Repertório Biográfico dos Membros da Câmara dos Deputados da 50ª Legislatura (1995/1999). Brasília.
6. CÂMARA DOS DEPUTADOS (2001), *Deputados Brasileiros* – Repertório Biográfico dos Membros da Câmara dos Deputados da 51ª Legislatura (1999/2003). Brasília
7. SECRETARIA GERAL DA CÂMARA (1995), Quadro de Mudanças de Partido para a 49ª Legislatura. Brasília.
8. SECRETARIA GERAL DA CÂMARA (1998), Quadro de Mudanças de Partido para a 50ª Legislatura. Brasília.
9. SECRETARIA GERAL DA CÂMARA (2001), Quadro de Mudanças de Partido para a 51ª Legislatura. Brasília.
10. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – documentos referentes à posse, número de mandatos eletivos, filiação partidária, licenças, renúncias e cassações dos deputados titulares e suplentes para as 48ª, 49ª e 50ª legislaturas. Brasília.
11. FOLHA DE S. PAULO, caderno Olho no Voto. Edição de 18/12/1994.
12. FOLHA DE S. PAULO, caderno Olho no Congresso. Edição de 31/01/1995.
13. FOLHA DE S. PAULO, caderno Olho no Congresso. Edição de 14/01/1996.
14. FOLHA DE S. PAULO, caderno Olho no Congresso. Edição de 30/01/1997.
15. FOLHA DE S. PAULO, caderno Olho no Congresso. Edição de 05/02/1998.
16. FOLHA DE S. PAULO, caderno Olho no Congresso. Edição de 22/03/2001.
17. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (1988), *Quem foi quem na Constituinte*. Brasília, Cortez/OBORÉ.
18. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (1998), *Quem foi quem nas reformas constitucionais*. Brasília.
19. <http://www.camara.gov.br>
20. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (PROFESSOR CARLOS RANULFO DE MELO), BANCO DE DADOS PARTICULAR (2004).